



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE TEORIA E PLANEJAMENTO DE ENSINO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**MARCELLY SANTOS DE SOUZA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PÚBLICO-ALVO DA  
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: Experiências inclusivas nas  
Universidades Federais do Rio de Janeiro – RJ.**

SEROPÉDICA

ABRIL

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE TEORIA E PLANEJAMENTO DE ENSINO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**MARCELLY SANTOS DE SOUZA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PÚBLICO-ALVO DA  
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: Experiências inclusivas nas  
Universidades Federais do Rio de Janeiro – RJ.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como requisito essencial para a obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno**

SEROPÉDICA

ABRIL

2019

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de estar concluindo um momento tão marcante e especial em minha vida. Sem Ele nada disso seria possível. Foram momentos de lutas e de alegrias que Deus em sua infinita misericórdia me sustentou para que eu pudesse realizar o meu sonho.

Ao meu esposo, Gabriel, por todo carinho, amor e força. Você me incentivou a cursar Pedagogia num período difícil em minha vida profissional. Seguir por esse caminho me fez entender que Deus sempre reserva o melhor para nossas vidas e hoje vejo que seu conselho me possibilitou concluir mais uma etapa. Suas palavras de incentivo foram essenciais para eu pudesse permanecer até fim. Sem você nada disso seria possível.

Aos meus pais e minha irmã que sempre me apoiaram a continuar na trajetória acadêmica. Sou eternamente grata a vocês.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) por me proporcionar um ambiente criativo e amigável para os estudos. Sou grata a cada membro do corpo docente, à direção e a administração dessa instituição de ensino.

Ao curso de Licenciatura em Pedagogia por oportunizar uma formação crítica e dialógica, foram momentos de formação inesquecíveis que sempre irei carregar comigo.

Ao professor Allan que me acolheu. Obrigada, por exigir mais do que eu imaginava ser capaz de fazer. Manifesto aqui minha gratidão eterna por compartilhar sua sabedoria, o seu tempo e sua experiência.

Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas científico, mas a manifestação da afetividade na educação e formação profissional. Não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

Aos meus colegas de turma que sempre me apoiaram e me motivaram a fazer o melhor. Vocês são inesquecíveis, nossa turma é a mais unida dessa Universidade, adoro vocês!

## DEDICATÓRIA

*Agradeço a Deus, seu fôlego de vida em mim me  
foi sustento e meu deu coragem para questionar  
realidades e propor sempre um novo  
mundo de possibilidades.*

*“Numa democracia, quem defende ideais contrários  
à emancipação [...] é um antidemocrata”*

**Theodor Adorno**

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Estado do Rio de Janeiro .....	46
Figura 2 – Portal da UFF – Página de informações sobre a Divisão de Acessibilidade e Inclusão...	47
Figura 3 – Portal da UFF – Atividades do Sensibiliza na Agenda Acadêmica .....	48
Figura 4 – Portal da UNIRIO – Página Inicial da Instituição.....	49
Figura 5 – Acessibilidade na UNIRIO – Plano, Projetos, Ações e Grupos de Acessibilidade.....	50
Figura 6 – Acessibilidade na UNIRIO (Acessibilidade e Mídias).....	52
Figura 7 – Portal da UFRJ – Diretoria de Acessibilidade (história).....	53
Figura 8 – Portal da UFRRJ – Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Rural (NaiRural).....	54
Figura 9 – Portal da UFRRJ – Pesquisa do NaiRural para identificar as demandas específicas dos estudantes com necessidades especiais.....	55

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de estudantes de 4 a 7 anos público-alvo da Educação Especial matriculados na Educação Básica .....	25
Gráfico 2 – Número de matrículas de estudantes com deficiência em classes comuns e classes especiais no Ensino Médio .....	27
Gráfico 3 – Alunos com deficiência dos estudantes no Ensino Superior .....	32
Gráfico 4 – Tipos de deficiência dos estudantes no Ensino Superior .....	33

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Políticas Institucionais desenvolvidas pela UFF .....	57
Quadro 2 – Políticas Institucionais desenvolvidas pela UFRJ .....	60
Quadro 3 – Políticas Institucionais desenvolvidas pela UNIRIO .....	62
Quadro 4 – Políticas Institucionais desenvolvidas pela UFRRJ .....	65



## SUMÁRIO

RESUMO.....	9
APRESENTAÇÃO.....	10
<b>FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....</b>	<b>13</b>
Objeto de Estudo: Políticas públicas de educação inclusiva e o público-alvo da educação especial no Ensino Superior.....	16
Problema de estudo: Inclusão do público-alvo da Educação Especial e atuação institucional dos Núcleos de Acessibilidade.....	18
Objetivo e questões de estudo.....	19
<b>CAPÍTULO 1. INCLUSÃO DE ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: UMA REALIDADE ALCANÇADA?.....</b>	<b>21</b>
1.1 Educação e Inclusão: Culturas Políticas e Práticas.....	21
1.2 Inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior.....	28
<b>CAPÍTULO 2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DOS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....</b>	<b>44</b>
2.1 Concepção metodológica do estudo.....	44
2.2. Caracterização do Estado do Rio de Janeiro.....	45
2.3 Os Núcleos de Acessibilidade das Universidades Federais do Estado do Rio de Janeiro.....	46
2.4 Mapeamento das Políticas institucionais dos Núcleos de Acessibilidade.....	56
2.5 Análise de dados e discussões: inclusão em debate.....	68
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
REFERÊNCIAS.....	84

## RESUMO

SOUZA, Marcelly Santos de. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva e o Público-Alvo da Educação Especial no Ensino Superior: Experiências Inclusivas nas Universidades Federais do Rio de Janeiro** – RJ. 2019. 85f. Monografia. (Curso de Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

Este estudo consistiu em pesquisar o processo de inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial (deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) no Ensino Superior tendo por referência a análise das Políticas públicas e das Políticas Institucionais dos Núcleos de Acessibilidade das Universidades Federais do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com o Programa Incluir instituído em 2005 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e pela Secretaria de Educação Superior (SESu), os Núcleos são responsáveis por realizar o atendimento didático-pedagógico aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Especificamente, caracterizamos a atuação político-pedagógica dos Núcleos de Acessibilidade como sistema de apoio aos estudantes com deficiência e a identificação das ações realizadas nestes espaços, tendo como base as Políticas Institucionais que expressam o caráter político, pedagógico, social e cultural desses espaços. Problematizamos e discutimos como vêm se efetivando o acesso, a permanência e a participação desses estudantes no Ensino Superior público federal. Em decorrência do processo de inclusão em educação e da implementação de dispositivos legais surgem alguns questionamentos: Como vem se estruturando as políticas institucionais dos Núcleos de Acessibilidade das Universidades federais após a lei 13.409/16? Que ações político-pedagógicas os Núcleos de Acessibilidade tem oferecido aos estudantes? Para responder a essas questões analisamos as realidades de 4 (quatro) Universidades Federais localizadas no estado do Rio de Janeiro, as quais são: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal Fluminense (UFF), baseado na metodologia da pesquisa colaborativa, que tem como foco produzir simultaneamente conhecimento e formação. É importante salientar que este estudo é parte de uma pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ/UFRRJ) que ocorreu no período de agosto/2017 a agosto/2018. De acordo com resultados obtidos o atual panorama de inclusão das Universidades Federais é recente e tem se direcionado a concretizar as ações instituídas pelo Programa Incluir. Os dados revelam que alguns obstáculos ainda são presenciados, porém o debate sobre inclusão, democratização do acesso e permanência dos estudantes público-alvo da Educação Especial tem obtido espaço no Ensino Superior.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas; Políticas institucionais; Ensino Superior; Núcleos de Acessibilidade; Educação Especial; Educação inclusiva.

*“A visão limitada ou distorcida em relação à capacidade do deficiente parece ser um problema que não diz respeito única e exclusivamente àqueles que desconhecem essa questão. Diz respeito, também aos profissionais de Educação, que lidam cotidianamente com essa significativa parcela da população historicamente banida pela sociedade.*

***Valdelúcia A. da Costa***

## APRESENTAÇÃO

O pensamento de Costa demonstra uma problemática vivenciada na educação nos dias atuais: o desconhecimento das especificidades da pessoa com deficiência. O preconceito e a discriminação, enraizada no processo histórico da sociedade ocasiona a perpetuação desses fenômenos seja na esfera da Educação Básica ou no Ensino Superior.

A falta de preparo de alguns profissionais, a falta de investimentos e o pouco aprofundamento nas discussões sobre inclusão e acessibilidade nos leva ainda a presenciar um panorama de exclusão dessas pessoas nos âmbitos educativos. Como estudante de pedagogia e futura profissional, desenvolvi esta pesquisa na tentativa de contribuir com o debate e a manifestação concreta da inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, o trabalho em questão destaca a importância das Políticas Públicas e Institucionais de Educação Inclusiva.

O processo de inclusão educacional de estudantes público-alvo da Educação Especial (deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação) na contemporaneidade vem sofrendo diversas transformações causadas, sobretudo, pela implementação de Políticas públicas que objetivam democratizar o acesso, a permanência e a participação plena desses estudantes no espaço escolar. Na tentativa de superar a exclusão e buscar o caminho para a emancipação, a educação toma o seu espaço como processo que conduz o indivíduo a romper os seus limites. De acordo com Adorno (1995, p. 121), “A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica.” Essa autorreflexão permite a recuperação da consciência crítica, que sofre constantemente com as ingerências ideológicas da sociedade capitalista, onde se materializam mecanismos de exclusão, segregação e discriminação.

É importante salientar que através deste movimento de democratização, as Políticas Públicas como: a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/96, a Lei nº 13.146/15 (denominada Lei Brasileira de Inclusão), a Declaração de Salamanca, e entre outras, preconizam e afirmam o acesso e a permanência dos estudantes com deficiências nas classes regulares da Educação Básica. A partir dessa garantia, o processo de inclusão desses estudantes é garantido por lei nesses espaços.

Ao chegar nesse nível de ensino os estudantes público-alvo da Educação Especial demonstram em sua trajetória que o processo de democratização no Ensino Superior precisa ser de fato concretizado. O fato é que o perfil da Universidade atualmente se difere da sua origem, voltada para a elite, pois hoje a heterogeneidade tem tomado espaço, desse modo, a Educação Superior deve considerar as especificidades que se manifestam em seu espaço.

É importante destacar que fui bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFRRJ) no período de agosto/2017 a agosto/2018. No início do projeto a investigação tinha como objetivo uma análise das “Experiências de inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial em escolas regulares no município de Itaguaí e Seropédica”. Contudo, em função das dificuldades e burocracias impostas pelas Secretarias de Educação destes municípios, surgiu uma nova proposta que foi determinante para a escrita deste estudo. Desse modo, o trabalho desenvolvido foi à análise das políticas de inclusão de estudantes público-alvo Educação Especial no Ensino Superior e as Políticas Institucionais dos Núcleos de Acessibilidade das Universidades Federais do Estado do Rio de Janeiro.

Com a participação no PIBIC e ao cursar as disciplinas de Educação Especial e Trabalho Didático e Pedagógico em Educação Inclusiva pude adquirir experiências formativas no campo da Educação Especial que contribuíram para minha vida profissional e pessoal, no sentido da humanização e sensibilização para o outro. Apesar de já possuir uma graduação (licenciatura em Geografia) sinto que minha vivência na UFRRJ foi essencial para ser a profissional que hoje sou.

Nesse sentido, o presente trabalho monográfico é desdobramento da pesquisa realizada na Iniciação Científica. A centralidade do trabalho está na análise do processo de inclusão do público-alvo da Educação Especial (deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) no Ensino Superior. A perspectiva de inclusão que trazemos nesse contexto está voltada ao processo de emancipação de pessoas com deficiência, não só nos espaços

educativos, e sim na sociedade como um todo. Assumindo essa concepção, Adorno (1995, p.183) afirma que “a educação seja uma educação para contradição e para a resistência”.

Essa ideia de educação se contrapõe aos estereótipos impostos as pessoas com deficiência. Apesar de vivenciarmos movimentos democráticos, ainda presenciamos a exclusão, a segregação e a integração<sup>1</sup> desses indivíduos na sociedade que se manifestam principalmente no espaço escolar (Costa, 2005). Para transformar essa realidade e assegurar o direito desses indivíduos as Políticas Públicas assumem a responsabilidade de direcionar as ações a fim de que o processo de inclusão seja realizado no Ensino Superior. Moreira (2005, p.4) sinaliza que atualmente

[...] urge a implementação de políticas educacionais que explicitem em seus programas de governo, sobretudo, de que forma as universidades públicas poderão buscar recursos financeiros para equiparar adequadamente as necessidades dessa demanda.

Em concordância com o pensamento de Moreira, acrescentamos que além dos recursos financeiros, é necessário elaborar estudos que possam contribuir na identificação das necessidades e demandas apresentadas pelos estudantes com deficiência no Ensino Superior. Desse modo, apresentamos as Políticas Institucionais das IES federais localizadas no estado do Rio de Janeiro. Como espaço de apoio aos estudantes com deficiências nas Universidades Federais, problematizamos numa perspectiva crítica, as Políticas Institucionais dos Núcleos de Acessibilidade destas instituições e suas ações a fim de garantir o acesso e a permanência dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Considerando a relevância da pesquisa, o trabalho está estruturado da seguinte forma:

No primeiro capítulo fizemos uma breve análise das Políticas Públicas de Educação Especial na Educação Básica com o propósito de compreender a trajetória desses estudantes até o Ensino Superior. Com a chegada desses estudantes neste nível de ensino, apresentamos o caráter social da Universidade na contemporaneidade e o debate político-pedagógico sobre o acesso e a

---

<sup>1</sup> O processo de exclusão ocorre quando o estudante com deficiência não consegue o acesso a educação. A segregação se constitui quando o estudante tem acesso à educação através de classes especiais. E a integração se configura quando o estudante é recebido numa classe regular, porém sem receber o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que auxilia o estudante no processo de formação.

permanência dos estudantes público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior, caracterizando a ação dos Núcleos de Acessibilidade nas IES federais.

No segundo capítulo, descrevemos a pesquisa, demonstrando a concepção metodológica do estudo e descrevendo os Núcleos de Acessibilidade das IES federais do Estado do Rio de Janeiro (UFF, UFRJ, UNIRIO e UFRRJ), assim trazemos o mapeamento das Políticas Institucionais dos Núcleos e a análise crítica dos dados obtidos.

Nas considerações finais, apresentamos a realidade e as possibilidades que as Políticas Institucionais dos Núcleos de Acessibilidade das IES federais demonstram atualmente no processo de inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior. Desse modo, foi identificado a relevância das políticas neste processo e as dificuldades que as Universidades enfrentam atualmente para efetivar uma política que contemple as demandas que surgem no espaço universitário.

Nesse sentido, observamos um campo promissor de investigação quando consideramos as possibilidades postas nas realidades dos Núcleos de Acessibilidade (NA) das Instituições Federais de Ensino Superior do Rio de Janeiro. Com isso, desejamos que este estudo possa contribuir para o debate e para a reflexão do processo de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior.

*“A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo.”*

***Theodor Adorno***

## **FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA**

Pesquisar sobre inclusão no Ensino Superior nos leva a refletir o seu próprio conceito e o seu processo na sociedade. O termo “Educação Inclusiva” nos remete a um “pleonasma”, pois a própria palavra educação nos leva a um sentido de inclusão. Etimologicamente o sentido de educar – *Educare em latim* – significa instruir e criar na perspectiva de *levar a pessoa para fora de si*

*mesma, mostrar o que existe além dela.* Alinhado a perspectiva de Adorno, a educação assume o seu papel político quando proporciona o indivíduo a possibilidade de emancipação. Seguindo esta compreensão trazemos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 que dispõe sobre a educação em seu Art. 1º em que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Pensar a educação como processo de desenvolvimento social e cultural se faz necessário, pois a partir deste ato o indivíduo confronta a realidade imposta pela sociedade capitalista, emergindo numa perspectiva social e crítica, sendo capaz de compreender as relações sociais existentes.

No contexto atual da sociedade capitalista, a globalização, o desenvolvimento econômico e as relações de classe estabelecidas são características que nos são impostas. Segundo Bauman (1999, p. 68) “A “globalização” não diz respeito ao que todos nós [...] desejamos fazer ou esperamos fazer. Diz respeito ao que está acontecendo com todos nós”. As consequências causadas por essas ações demonstram situações de desigualdades sociais, culturais e econômicas que levam a camada mais pobre da população a viver precariamente.

Entretanto, a luta crescente dos trabalhadores nos últimos quinze anos mostra que eles gradativamente reconstróem seus organismos de representação e defesa (sindicatos, centrais sindicais, partidos políticos, associações etc.) e passam a lutar de forma mais decisiva por uma nova ordem econômica, social e política no mínimo justa e que vá de encontro aos seus anseios (OLIVEIRA, 2014, p.362)

Seguindo o contexto de luta e emancipação, a educação revela o seu fazer político no combate aos processos de exclusão, discriminação e dominação, pois capacita o indivíduo a refletir sobre os processos econômicos, sociais, culturais e históricos que se manifestam ao redor.

E é neste sentido que o contexto de inclusão em educação se faz necessário na cultura e no cotidiano. Glat (2009, p.15) expõe que:

A educação especial tradicionalmente configurou como um sistema paralelo e segregado de ensino, voltado para o atendimento especializado de indivíduos com

deficiências, distúrbios graves de aprendizagem e/ou de comportamento, altas habilidades e superdotação.

Este panorama de segregação e exclusão ocorreu/e ocorre, pois o modelo educacional vigente busca a adaptação dos estudantes na Educação Regular e na Educação Especial. De acordo com Costa (2005, p.62)

[...] a crítica a educação especial, é obrigatoriamente, crítica à educação regular e dessa não poderá estar desvinculada. Ou seja, a educação para a adaptação, imposta aos educandos com deficiência nas classes e instituições especializadas, reproduz o que é praticado com os educandos “ditos normais” e nesse sentido, revela a educação regular.

Com base no pensamento de Costa (2005), percebe-se que o processo educacional não possui neutralidade, pois sempre estará vinculado a uma ideologia que reproduz mecanismos de adaptação ou emancipação. Dentro dessa perspectiva Adorno (1995, p. 119) acrescenta que “a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que tem de fundamental as condições que geram esta regressão.”

Sobre essa conjuntura, Gentili (1995) expõe que a lógica neoliberalista cada vez mais carrega em si novos e antigos processos de exclusão, pois a prioridade no desenvolvimento – econômico, social, cultural e educacional – é direcionada a um grupo restrito, “onde somente os “melhores” conseguirão ter sucesso” (GENTILI, 1995, p.197)

Partindo da premissa de que os “melhores” obterão sucesso, onde estão aqueles que não se encaixam nos padrões estabelecidos pela sociedade? Estes se encontram a margem do convívio social, dos direitos estabelecidos e dos processos educacionais instituídos. Para Adorno (1995, p.122), “[...] nossa sociedade, ao mesmo tempo em que se integra cada vez mais, gera tendências de desagregação.”

Com o avanço de políticas democráticas e manifestações sociais, o contexto de inclusão vai se delineando de forma que pensar a Educação Especial significa hoje a equalização de oportunidades de acesso e permanência na escola para os estudantes que constituem seu público-alvo, ou seja, “Em educação, a inclusão chegou para reafirmar o maior princípio já proposto internacionalmente: o princípio da educação de qualidade como um direito de *todos*.” (SANTOS, 2003, p.4)



Partindo dessas concepções, a educação no contexto brasileiro se reconfigura. Dispositivos legais construídos na luta política instituem ações de acesso e permanência de pessoas com deficiência. Com essas iniciativas presenciamos uma nova estatística: o aumento de estudantes com deficiência nas classes regulares da Educação Básica (SOUZA, 2017). Com a chegada desses estudantes na escola questionamentos e dúvidas começam a aparecer: Como realizar o trabalho pedagógico com esses estudantes? O que fazer diante da diversidade?

Com o acesso garantido, nos direcionamos a permanência, ou seja, como garantir que esse estudante esteja na escola incluído de fato e não integrado como presenciamos em algumas realidades escolares. Para isto, é necessário programar medidas na própria unidade escolar a fim de quebrar as barreiras que o preconceito impõe. Na medida em que há um esforço da própria equipe escolar o processo de inclusão se torna mais fácil e efetivo.

Uma vez que esse estudante com deficiência já garantiu o acesso e a permanência na Educação Básica o seu percurso torna-se mais rápido ao Ensino Superior (SOUZA, 2017). E por conta dessas ações inclusivas a estatística para alcançar esta modalidade tende a crescer ainda mais. E para conseguir receber esses estudantes a Universidade deve garantir que as demandas e as especificidades possam ser consideradas e respeitadas em seu processo de formação. De acordo com Santos (2013) quanto maior o nível de ensino menor é a manifestação da inclusão, porém com a crescente chegada desses estudantes a universidade deverá se adequar nos eixos arquitetônicos, educacionais, administrativos e sociais para que de fato a cultura inclusiva se faça presente em seu espaço.

**Objeto de estudo:** *Políticas públicas de educação inclusiva e o público-alvo da educação especial no Ensino Superior*

A educação como movimento reflexivo busca compreender e incluir a diversidade existente. Arelado a essa concepção, a Educação Inclusiva busca democratizar não só a educação, mais a participação do indivíduo na sociedade, de forma a equiparar as oportunidades a educação, cultura, saúde e lazer. Para compreender esse processo “faz-se necessário pensar as dimensões de cultura, sociedade, educação e indivíduo nas contradições sociais e nas consequências da formação do preconceito [...]” de grupos que sofreram/sofrem a exclusão. (DAMASCENO, 2018, p.3)

Segundo Laraia (2009, p.68):

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmos as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura.

Ao analisarmos as relações sociais, culturais e políticas percebemos a influência da lógica capitalista nas formas de ser e enxergar o mundo. E são essas formas que desconsideram os diferentes comportamentos que fogem ao padrão estabelecido de uma determinada sociedade. Quando o indivíduo não atende aos padrões dessa sociedade ele é impelido aos processos de segregação.

E a partir dessa conjuntura buscamos compreender e problematizar como as Universidades públicas e federais têm realizado o processo de inclusão do público-alvo da Educação Especial, pois como instituição marcada pela pluralidade, a Universidade assume o seu papel emancipador, tendo o compromisso de incluir os indivíduos que sofrem constantemente a opressão imposta por esse sistema.

Em decorrência da concepção de Educação Inclusiva no Ensino Superior, no ano de 2005 a 2011 foi instituído o PROGRAMA INCLUIR pelo Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI e da Secretaria de Educação Superior/SESu, o programa nesse período proporcionava as instituições editais concorrenciais para que fossem criados ou reestruturados os Núcleos de Acessibilidade, os editais contemplavam recursos financeiros para que as IES concretizassem essas ações.

A partir de 2012 o programa foi universalizado a todas as Instituições federais de Ensino Superior (IFES), assim o processo de inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial foi ampliado de forma que ações de acessibilidade pudessem ser viabilizadas a este público. Um dos dispositivos legais de grande importância que contribuiu ao processo de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior público e federal é o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispôs sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), de acordo com os artigos expressos:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A partir de criação de dispositivos legais e implementação de ações como os Núcleos de Acessibilidade nas IFES, presenciamos que o processo de democratização do acesso e da permanência das pessoas com deficiência tem impactado uma nova perspectiva no Ensino Superior, proporcionando que essas pessoas saiam do lugar da invisibilidade para ocupar espaços que lhe são de direito. De acordo com o Programa Incluir (2013, p.12): “A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes, o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional [...]”

**Problema do estudo:** *Inclusão do público-alvo da Educação Especial e atuação institucional dos Núcleos de Acessibilidade*

A partir da criação do Programa Incluir e dos Núcleos de Acessibilidade nas IFES, os estudantes com deficiência tem a possibilidade de permanecer nas instituições recebendo apoio para potencializar as suas demandas.

Dentre as ações expressas no Programa Incluir os Núcleos devem articular com os diversos setores das instituições a: Adequação arquitetônica para acessibilidade nos diversos ambientes das IFES – rampa, barra de apoio, corrimão, piso e sinalização tátil, sinalizadores, alargamento de portas e vias, instalação de elevadores, dentre outras; Aquisição de recursos de tecnologia assistiva para promoção de acessibilidade pedagógica, nas comunicações e informações, aos estudantes com deficiência e demais membros da comunidade universitária – computador com interface de acessibilidade, impressora Braille, linha Braille, lupa eletrônica, teclado com colméia, acionadores acessíveis, dentre outros; Aquisição e desenvolvimento de material didático e pedagógico acessíveis; Aquisição e adequação de mobiliários para acessibilidade (BRASIL. 2013)

É importante sinalizar que a chegada desses estudantes as Instituições Federais de Ensino Superior só foi possível pelo trabalho de inclusão realizado na Educação Básica, apesar do cotidiano ainda revelar processos de exclusão, a permanência desses estudantes na Educação Básica possibilitou o alcance ao Ensino Superior.

Em conformidade com esse contexto foi aprovada recentemente a lei 13.409 de 28 de dezembro de 2016, que alterou a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Essa legislação amplia o acesso aos estudantes denominados “público-alvo da Educação Especial”. Segundo Damasceno (2018, p.6) “Se antes estes estudantes concorriam, na grande maioria das instituições, na ampla concorrência para conseguir uma vaga no Ensino Superior público federal, agora é razoável supor que tenham um obstáculo a menos neste intento.”

Desse modo, surgem alguns questionamentos: Como vem se estruturando as políticas institucionais dos Núcleos de Acessibilidade das Universidades federais após a lei 13.409/16? Que ações os Núcleos de Acessibilidade tem oferecido aos estudantes?

Para responder estas questões, o presente trabalho monográfico objetivou a caracterização o processo de inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial em quatro Universidades Federais do Rio de Janeiro, as quais são: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal Fluminense (UFF) através da análise das políticas institucionais desenvolvidas pelos Núcleos de Acessibilidades destas instituições.

Nesse sentido, a pesquisa buscou identificar as Políticas Institucionais dos Núcleos de Acessibilidade e o seu direcionamento de forma a compreender como essas ações estão sendo sistematizadas para atender as necessidades dos estudantes.

## **Objetivos e questões de estudo**

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o processo de inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior, tendo como referência as Políticas públicas de educação inclusiva e a atuação institucional dos Núcleos de Acessibilidade das IES federais do

estado do Rio de Janeiro, a saber: Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

As questões de estudo estão relacionadas ao processo de inclusão efetivado nos Núcleos de Acessibilidade e no desenvolvimento das Políticas institucionais estabelecidas nestes espaços.

- Quais os impactos das Políticas Públicas de Educação Especial no processo de inclusão de estudantes com deficiências no Ensino Superior?
- Como se deu o processo histórico-político de criação dos Núcleos de Acessibilidade das Universidades *lócus* deste estudo?
- Como vem se estruturando as Políticas institucionais desenvolvidas/implementadas pelos Núcleos de Acessibilidade das Universidades *lócus* deste estudo?
- Quais ações político-pedagógicas instituídas pelos Núcleos de Acessibilidade com o propósito de garantir a inclusão de estudantes com deficiências?
- Que impactos os Núcleos de Acessibilidade tem concretizado nas IES federais no que se refere à inclusão de estudantes com deficiências?

Diante do contexto de inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior podemos compreender como essas interfaces estão colocadas na contemporaneidade. Apesar do crescente movimento de emancipação, percebe-se que movimentos antidemocráticos têm emergido no âmbito social. Adorno (1995, p. 80) salienta que há uma “[...] tentativa de inculcar nas pessoas uma falsa consciência e um ocultamento da realidade [...]”. Essas ideologias segundo o autor são disseminadas nos grandes veículos de comunicação em massa. Percebe-se que nessa atual conjuntura há o desejo de padronizar as ações, os sentimentos, os costumes e os modos de “ser” e “estar” na sociedade. Para contrapor esses fenômenos Adorno (1995, p. 154) sinaliza que “A única possibilidade que existe é tornar tudo isso consciente na educação [...] Eu diria que hoje o indivíduo só sobrevive enquanto núcleo impulsor de resistência”.

Desse modo o autor aponta que no processo educativo devemos romper com manifestações antidemocráticas. Esse processo só é possível na medida em que o debate é estabelecido a fim de contradizer e encaminhar novas proposições para que tornem indissociáveis inclusão e democracia.

## **I- INCLUSÃO DE ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: UMA REALIDADE ALCANÇADA?**

*“Como considerar o que há de ser mudado se desconsiderarmos o que tem sido feito? Só podemos partir para a novidade quando considerarmos o que há de “velho”. Mas a novidade não pode prescindir do que foi acumulado em termos de experiências passadas. Pelo contrário; ela inova por que se origina (e se modifica a partir) do que há.”*

**Mônica Pereira dos Santos**

### **1.1 Educação e Inclusão: Culturas, políticas e práticas.**

Quando analisamos o universo dos estudantes público-alvo da educação especial devemos considerar os aspectos históricos, culturais e sociais que influenciam o desenvolvimento e a trajetória dessas pessoas na educação, desse modo elaborar o passado nos permite compreender a manifestação desses fenômenos no presente (ADORNO, 1995). Considerando esse processo histórico percebe-se que a formação para este público em sua totalidade, aconteceu e acontece de maneira segregada. Um dos motivos pelos quais ocorre essa segregação é a falta de conhecimento, que por si, ocasiona a discriminação, e faz com que esses estudantes sejam excluídos do processo educativo. Com relação ao processo de inclusão devemos ter em mente que este movimento não aconteceu de forma contínua. Segundo Damasceno (2011, p.110)

Historicamente, o direito à educação e o respeito à cidadania das pessoas com deficiência é recente na sociedade brasileira. Essas pessoas receberam, nos mais diversos e adversos contextos legais e discursivos, várias denominações excepcionais, discapacitados, portadores de deficiência, deficientes, entre outras.

Mesmo que o contexto seja de exclusão, nesse processo iremos nos deparar com movimentos que visam extinguir todo preconceito que resiste no âmbito social. Sobre este movimento Adorno (1995, p.121) expõe que “É necessário contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem para todos os lados sem refletir a respeito de si próprias”. É importante salientar que medidas ainda precisam ser realizadas, pois o combate contra o preconceito deve ser constantemente palco para debates e desenvolvimento de pesquisas que tem como eixo orientador a inclusão e a autonomia de pessoas com deficiência.

Na tentativa de superar a adaptação e buscar a emancipação, iremos analisar o conceito de *inclusão em educação*, pois compreendemos que a inclusão se constitui num processo que deve ser desenvolvido e construído cotidianamente (SANTOS, 2017). Essa construção cotidiana é necessária porque os processos de exclusão estarão presentes no contexto educacional, uma vez que em nossa sociedade são vivenciadas essas situações. Costa (2005, p. 137) salienta que:

A ausência de experiência com o deficiente e de reflexão sobre a deficiência dificultam o acolhimento, embrutecendo, cada vez mais, a sociedade ao promover a homogeneização dos homens com deficiência pela falta de identificação com a humanidade desses homens, o que acaba por tornar-se *fonte geradora do preconceito* [...] (grifo nosso)

O conceito de *inclusão em educação* é elaborado por Santos (2013 *apud* SANTOS, 2017) e inspirado nos trabalhos de Booth e Ainscow (2011 *apud* SANTOS, 2017), onde a mesma compreende que a tridimensionalidade da inclusão é orientada através da política, da cultura e das práticas.

Seguindo essa perspectiva,

[...] para nós “culturas” significam os valores que construímos ao longo da vida, seja por influência externa, seja por decisão própria. “Políticas” representam tanto o que senso comum conhece por políticas públicas (de ordem mais macro por assim dizer) quanto por políticas institucionais; neste sentido, representam também os arranjos administrativos que a instituição precisa organizar para colocar suas (ou de outrem) intenções em ação. “Práticas”, por fim, referem-se a como nos somos, como estamos, o que fazemos, como fazemos, como agimos. (SANTOS; NASCIMENTO, 2016, p.157 *apud* SANTOS, 2017, p.42)

Ainda sobre essas dimensões “Santos (2013) compreende que [...] são entrelaçadas numa relação que expressa o movimento e a complexidade existentes nos processos de exclusão/inclusão” (SANTOS, 2017, p.42). Diante disto, as culturas, as políticas e as práticas na

perspectiva da inclusão possibilitarão aos indivíduos o resgate aos direitos que lhe foram negados em seus processos formativos, profissionais, culturais, políticos e entre outros. De acordo com Santos (2003, p.4),

[...] Inclusão não é a proposta de um estado ao qual se quer chegar. Também não se resume na simples inserção de pessoas deficientes no mundo do qual têm sido geralmente privados [...] Ela é uma luta, um movimento que tem por essência estar presente em todas as áreas da vida humana como, por exemplo, saúde lazer ou educação. [...]

Sobre a produção de conhecimento na área de educação e inclusão de pessoas com deficiência Costa (2005, p.58) salienta que “[...] os estudos dessa área apresentam-se em geral, de forma reducionista, deixando de lado questões fundamentais acerca dos educandos com deficiência, tais como necessidades sociais, culturais e emocionais [...]”. Essa fragmentação no campo da pesquisa contribui ainda mais para o contexto de exclusão das pessoas com deficiência. Deste modo, é necessário fomentar ainda mais a produção na área, de forma que contemple a reflexão crítica do processo de inclusão em educação de estudantes com deficiência.

A partir de avanços no cenário internacional, a preocupação em buscar alternativas e implantar políticas públicas para que de fato a pessoa com deficiência possa exercer os seus direitos em todos os níveis e espaços da sociedade brasileira começam a emergir. Pois o que era ofertado à pessoa com deficiência principalmente na segunda metade do século XIX e início do século XX se caracterizavam em ações assistencialistas e clínicas, como afirma Damasceno (2011).

Na década de 1990 destaca-se a Conferência Mundial sobre Educação para todos, na Tailândia, que deu origem a Declaração de Jomtien, "que propõe a constituição de um sistema educacional inclusivo, pelo qual o Brasil fez opção" (COSTA, 2007, p.36). Em, 1994 a Declaração de Salamanca e as suas Linhas de Ações, promovem o direito à educação a todas as crianças, jovens e adultos independente de suas necessidades educacionais específicas. Costa (2007) aponta que esta conferência é tida como um marco para a educação na perspectiva inclusiva, pois a partir dessa declaração e de outros documentos oficiais o Brasil começa de fato implementar de processos inclusivos. É necessário considerar que anterior a esta época já existia uma proposta inclusiva – a Constituição Federal de 1988, já citava a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência – porém, após a declaração as escolas iniciam – mesmo que lentamente – um processo mais inclusivo para os estudantes público-alvo da Educação Especial.



Ainda no contexto na Declaração de Salamanca, neste dispositivo é considerado a necessidade de cada estudante, de forma que recebam todo apoio educacional. Diante disto nem todo estudante que possui algum tipo de necessidade educacional específica possui algum tipo de deficiência, neste sentido o atendimento deve ser realizado a todas as necessidades e minorias, porém no Brasil o foco no atendimento educacional especializado é prioritariamente a pessoas com deficiência.

Ao mesmo tempo em que a política busca a inclusão ela também exclui, pois atende somente a um grupo. Os três subgrupos prioritários por lei. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: (2008, p.9)

[...] a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais de alunos com **deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/supedotação**. (grifo nosso)

Apesar da prioridade, o que se manifesta no cotidiano é o atendimento realizado de forma exclusiva. O que está sendo posto não é a desconstrução de todo aparato legal em existência, mas a ampliação de uma educação que contemple todas as necessidades existentes.

Com relação ao público-alvo da Educação Especial, suas especificidades devem ser consideradas de modo que as condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem eliminem barreiras do preconceito e promovam a inclusão. Por essas razões o trabalho a ser desenvolvido nas instituições de ensino deve valorizar e concretizar ações para receber e garantir o direito a pessoas com deficiência.

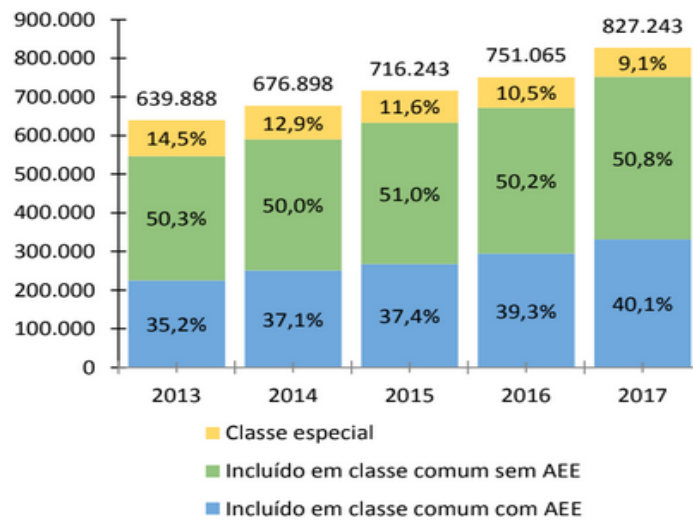
Segundo Costa (2007) o caminho para a inclusão é bastante significativo. A autora demonstra esse panorama através dos dispositivos legais que dispõem a matrícula de estudantes com deficiência na rede regular de ensino. Dentre elas estão a:

- Constituição Federal/1988;
- Declaração de Salamanca e as suas linhas de ações;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira;
- Plano Nacional de Educação CNE/2000
- Resolução nº 2/CNE/CEB/2001 e seu parecer nº 17/CNE/CEB/2001;
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ONU/2006. (COSTA, 2007, p.22)

A partir da implementação desses dispositivos, o crescimento de estudantes com deficiência na Educação Básica tem sido expressivo. Sabemos que o aumento nas matrículas não demonstra que as ações desenvolvidas nesses espaços serão inclusivas, mas indica que um quantitativo maior de estudantes terá a oportunidade adentrar no espaço escolar. De acordo com as Notas Estatísticas do Censo Escolar de 2017 o número total de matrículas de estudantes na Educação Básica é de 48,6 milhões. Desse quantitativo, cerca de 827.243<sup>2</sup> – oitocentos e vinte sete mil e duzentos e quarenta e três – matrículas são de estudantes que constituem o público-alvo da Educação Especial (INEP, 2018).

Vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 15. Número de matrículas de alunos de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades e distribuição por tipo de turma e atendimento (incluídos em classes comuns com AEE, incluídos em classe comum sem AEE e em classes especiais exclusivas) - Brasil 2013-2017



**Gráfico 1:** Número de estudantes de 4 a 17 anos público-alvo da Educação Especial matriculados na Educação Básica.  
Fonte: Censo Escolar 2017 Notas Estatísticas (INEP, 2018)

<sup>2</sup> Este percentual não representa o total de estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados da Educação Básica e sim o total de matrículas de estudantes com deficiência na faixa etária de 4 a 17 anos. De acordo com os dados do INEP (2018) o percentual de estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação Infantil em 2017 é de 79.749, no Ensino Fundamental é de 768.360 e no Ensino Médio é de 94.274, totalizando assim 942.383 matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação Básica.

A partir dos dados apresentados, percebe-se que há uma diminuição nas classes especiais. Em 2013 o percentual de estudantes matriculados passou de 14,5% para 9,1% em 2017. A essa diminuição atribuímos a implantação de políticas públicas, debates e manifestações no campo da educação de pessoas com deficiência.

Através deste movimento, o preconceito em relação à deficiência é desconstruído a partir da convivência. Costa (2007, p.52) salienta que:

O desconhecimento pode ser considerado a matéria-prima para a perpetuação das atitudes preconceituosas e das leituras estereotipadas da deficiência/necessidades especiais, seja o desconhecimento relativo ao fato em si, seja em relação às emoções geradas e as relações subsequentes.

Em decorrência deste panorama percebe-se o aumento de estudantes com deficiência (na faixa etária de 4 a 17 anos) matriculados em classes comuns da Educação Básica. O percentual total em 2017 foi de 90,9% (total de estudantes com AEE<sup>3</sup> e estudantes sem AEE). Apesar desse alto índice, percebe-se que desses 90,9% apenas 40,1% recebe o atendimento educacional especializado que é direito instituído por lei aos estudantes público-alvo da Educação Especial. E os 50,8% restantes dos estudantes matriculados não recebem nenhum atendimento educacional especializado.

Esses dados demonstram que o acesso esses estudantes já possuem, porém com relação a sua permanência os dados revelam que medidas ainda precisam ser sanadas. Questões como essas nos fazem refletir que tipo de escola está recebendo estes estudantes? Que tipo de trabalho é realizado no processo de ensino e aprendizagem e que condições esses estudantes possuem para avançar nas etapas de ensino subsequentes da Educação Básica.

Com relação à infraestrutura, melhoras já foram sinalizadas, porém o que se tem não está perto do ideal para que os estudantes possam ter uma maior autonomia dentro do espaço escolar. Segundo os dados do Censo Escolar (INEP, 2018) das 116,5 mil escolas de Educação Infantil apenas 32,1% “possuem banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida” (INEP, 2018, p.5). No Ensino Fundamental, das 131,6 mil escolas, 39,9% possuem

---

<sup>3</sup> Este atendimento refere-se à sala de recursos onde são realizados trabalhos didático-pedagógicos com o intuito de auxiliar o estudante em seu processo de escolarização.

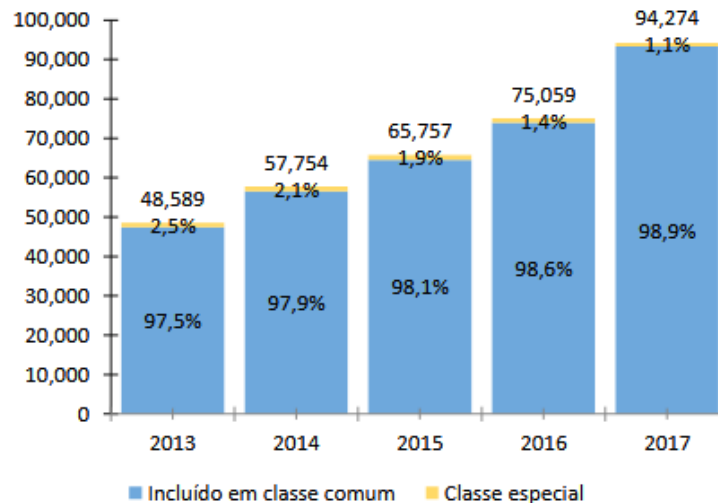
banheiro adequado e 29,8% possui adequação das vias e das dependências para os estudantes com deficiência.

Vale salientar que dentre as etapas de ensino da Educação Básica, o Ensino Fundamental (com 768.360 matrículas) recebe o maior quantitativo de estudantes público-alvo da Educação Especial em relação à Educação Infantil (com 79.749) e Ensino Médio (com 94.274 matrículas). Por receber esse alto índice de estudantes com deficiência, as escolas de Ensino Fundamental, precisam de um ambiente inclusivo nos eixos arquitetônicos, pedagógicos e atitudinais a fim de receber estes estudantes.

No Ensino Médio, o estudante com deficiência se depara com uma realidade totalmente diferente das anteriores, pois na medida em que este estudante avança nas modalidades de ensino a tendência é que o grau de manifestação da inclusão ocorra em menor proporção. Apesar dessa situação, o número de estudantes público-alvo da Educação Especial no Ensino Médio quase dobrou no período de 2013 a 2017 segundo o INEP (2018).

Vejamos o gráfico abaixo:

Gráfico 32. Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades no ensino médio e distribuição por tipo de turma (incluídos em classes comuns e em classes especiais exclusivas) - Brasil 2013-2017



**Gráfico 2:** Número de matrículas de estudantes com deficiência em classes comuns e classes especiais no Ensino Médio. Fonte: Censo Escolar 2017 Notas Estatísticas (INEP, 2018)

De acordo com o INEP (2018) das 7,9 milhões<sup>4</sup> de matrículas de estudantes no Ensino Médio, cerca de 92.274 (1,2% do percentual total de matrículas) são de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Em comparação com o quantitativo total, o número de matrículas ainda é baixo. O que se destaca nesse percentual é o número de estudantes incluídos nas classes comuns que totalizam 98,9% do número total de matrículas.

Os dados revelam que cada vez mais o processo de “inclusão” tem se efetivado no Ensino Médio, porém o que questionamos são as circunstâncias em que esse processo é realizado, pois por intermédio dos dispositivos legais, o estudante possui o direito de estar num espaço escolar que se adapte as suas necessidades específicas.

Pelas considerações realizadas, observa-se que as discussões sobre Políticas Públicas são necessárias, pois analisando o seu processo compreendemos de que forma os estudantes são atendidos, de modo que consigam avançar nas etapas de ensino da Educação Básica, a fim de alcançar a matrícula no Ensino Superior. É sabido que com o aumento de matrículas na Educação Básica o quantitativo de estudantes que chegam ao Ensino Superior é maior, e neste sentido, está posto o desafio de incluir e efetivar medidas que possam dar suporte aos estudantes com deficiência.

## **1.2. Inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior**

É com um questionamento que iniciamos este texto, podemos dizer que a inclusão no Ensino Superior é uma realidade alcançada?

Deste modo, refletiremos o contexto do Ensino Superior, e no que consiste este nível de ensino e como se configuram as suas práticas e ações na tentativa de compreender como o processo de inclusão é efetivado nas Instituições de Ensino Superior (IES).

---

<sup>4</sup> Número de matrículas do Ensino Médio (total, não integrado e integrado à educação profissional) – Brasil 2013-2017. (INEP, 2018).

Sobre o papel da Universidade, Leher (2015, n.p.) aponta que:

Historicamente, a função social da universidade foi constituída num processo de lutas em defesa de uma universidade que produzisse ciência e tecnologia, não que prestasse serviços. “[...] a universidade deveria ser espaço de convergências de movimentos sociais e pesquisadores.

No sentido de Instituição que promove a formação do indivíduo, a universidade tem o seu pilar fundamentado no princípio da indissociabilidade entre o *ensino*, a *pesquisa* e a *extensão*. Este caráter tridimensional possibilita a construção do conhecimento de maneira crítica e produtiva. Além de promover o conhecimento, de acordo com a LDB 9394/96,

Art.43. A Educação Superior tem por finalidade:

VI – **estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente**, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; (grifo nosso)

Desse modo é papel da universidade estabelecer diálogos e discussões sobre as demandas da sociedade. Como espaço de reflexão é de extrema importância que temas sobre diversidade, preconceito, educação e inclusão se façam presentes, pois é na vivência e no enfrentamento de ideias que a efetivação de ações democráticas se realizam.

Com relação ao acesso no Ensino Superior o estudante público-alvo da Educação Especial que alcança este nível de ensino tem direito as condições de acesso e a permanência, garantido pela lei, mas o que se manifesta no cotidiano é bem diferente, uma vez que quanto maior o nível de ensino, menor é o grau de manifestação da inclusão. É importante destacar que este processo de exclusão não se manifesta somente em pessoas com deficiência, essa exclusão é vivenciada por qualquer tipo de grupo que constitui uma minoria neste espaço, ela pode se configurar de maneira racial, contra negros e indígenas, pessoas que compõe movimentos sociais; e também de forma socioeconômica, contra a população pobre que provém de espaços periféricos. De acordo com Santos (2013, p.18) essa exclusão,

[...] aponta para uma origem da escola – básica ou universitária – como sendo voltada para as elites, o Clero, a nobreza ou os burgueses; [...] Ao manter em sua raiz uma história inicial elitista (ser apenas para alguns), a escola consagrou a idéia de um *alunado uniforme* em termos do projeto político ao qual serviria, alunado este a quem ela se dirigia. (grifo nosso)

Esta ideia de um *alunado uniforme* percorreu e ainda percorre as instituições de ensino, pois as especificidades e singularidades dos estudantes não são consideradas, de modo que a exclusão afasta estes indivíduos dos espaços educacionais, manifestando-se principalmente nas instituições de Ensino Superior, porém Santos (2005, p.91) adverte que: “A responsabilidade social da universidade tem que ser assumida pela universidade, aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos que não tem poder para as impor”.

Em diversas situações para estar nesses espaços o estudante com deficiência precisa atender aos critérios estabelecidos pela universidade. Esse fenômeno demonstra que o processo de inclusão é *atitudinal*, ou seja, a exclusão só será revertida a partir do momento que as pessoas atingirem uma postura de mudança em direção a inclusão de pessoas com deficiência, pois uma sociedade democrática busca indivíduos emancipados. Para Adorno (1995, p. 142), “Numa democracia, quem defende ideais contrários à emancipação, e, portanto, contrários a decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata”

Neste sentido, se faz necessário tornar possível a escolarização de todos os indivíduos, inclusive estudantes público-alvo da Educação Especial. Para isso, deve ser estimulado o pensamento crítico e a superação do preconceito através de movimentos de conscientização que visem extirpar conceitos preestabelecidos sobre pessoas com deficiência.

Segundo estes pressupostos, no Ensino Superior o estudante com deficiência deve encontrar meios que validem o seu acesso e a sua permanência de maneira integral, ou seja, de forma que este se sinta participante dos processos educativos, culturais e sociais que se manifestam nas IES. Apesar do crescimento de pessoas com deficiência neste espaço, esse número se manifesta principalmente nas instituições privadas devido aos investimentos que a mesma dispõe para facilitar a inclusão de estudantes com deficiência e principalmente pelo acesso restrito ao ensino público que de certa forma se direcionou a uma elite econômica e cultural. Com relação a este movimento Souza (2017, p.4) apresenta que:

O crescimento significativo da população alvo da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular nas escolas públicas é maior e mais rápido do que nas escolas privadas (MEC/SEB, 2015). Curioso perceber que na Educação Superior esta estatística muda. Há uma tendência de procurar a instituição privada em detrimento da pública (ANDRÉS, 2014)

Seguindo a lógica atual do modelo capitalista essas instituições – *privadas* – assumem um cunho mercadológico, na medida em que, investem em várias esferas – entre elas de cunho arquitetônico, de tecnologia, recursos pedagógicos e entre outros – com o intuito de atingir um quantitativo maior de estudantes. Segundo Lucas e Leher, “O neoliberalismo subordina a universidade ao modo capitalista de produzir, sentir e pensar de forma insidiosa.” (2001, p.7). A crítica que deixamos não se refere de fato aos investimentos e sim a lógica de mercado que algumas instituições se utilizam – pois a educação como parte do princípio da democracia se constitui como um direito básico a todo cidadão –, entretanto, o que presenciamos cada vez mais é a utilização da lógica do capital pra atrair estudantes que acabam sendo excluídos do Ensino Superior público e gratuito.

Apesar dessas questões, o ingresso de estudantes com deficiência nas instituições públicas de Ensino Superior tem aumentado devido à implantação de políticas de cotas. Entre elas está a lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a reserva de vagas de pessoas com deficiência nos cursos técnicos e superior nas Instituições Federais de Ensino, alterando a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 em seus artigos 3º, 5º e 7º apresentados abaixo:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1o desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por **pessoas com deficiência**, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4o desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por **pessoas com deficiência**, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

Art. 7º No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de **pessoas com deficiência**, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016)

De acordo com Souza (2017) este movimento do número de matrículas tende a mudar. Apesar de o quantitativo ser maior nas IES privadas, o processo de democratização tem se



manifestado através das políticas públicas que impactam diretamente o acesso desses estudantes nas IES públicas. Moreira (2014, p.72) sinaliza que “Apesar de o crescimento numérico observado na última década, ainda não há dados precisos quanto às características destes grupos, muito menos dados quanto à permanência e a conclusão desse alunado no ensino superior”.

Mesmo que tenhamos dados recentes e algumas informações sobre este público, o que a autora sinaliza é que precisam ser realizadas mais pesquisas e estudos a fim de compreender o universo dos estudantes com deficiência no Ensino Superior, pois através desses dados mais ações poderão ser realizadas no âmbito das políticas institucionais das IES.

Dados recentes demonstram esse impacto nas matrículas de estudantes com deficiência no Ensino Superior.

Vejamos a seguir:

**Matrícula na educação superior de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação  
Brasil 2009-2016**

Ano	Alunos matriculados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação	Percentual em relação ao total de matrículas na graduação
2009	20.530	0,34
2010	19.869	0,31
2011	22.455	0,33
2012	26.663	0,38
2013	29.221	0,40
2014	33.475	0,43
2015	37.986	0,47
2016	35.891	0,45

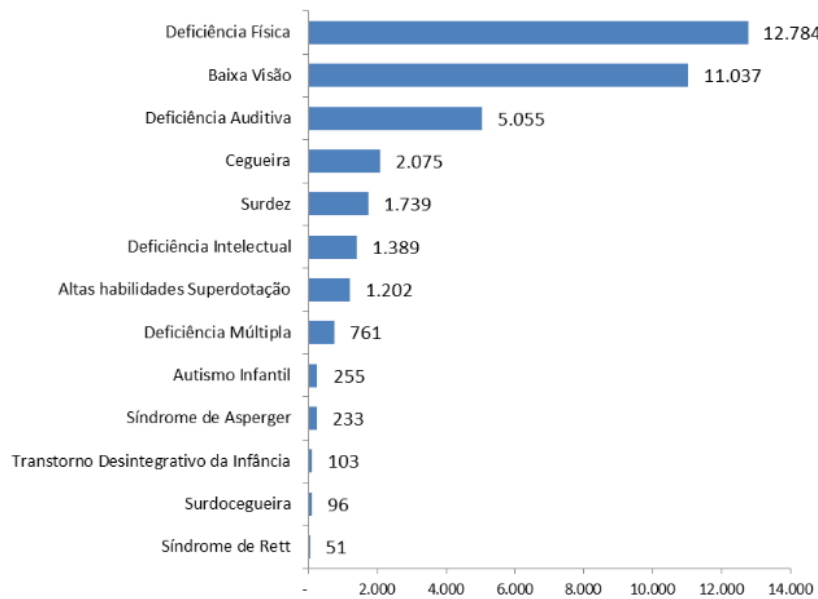
Fonte: MEC/Inep

**Gráfico 3:** Alunos com deficiência no Ensino Superior (cursos de graduação e sequencial).  
Fonte: Censo da Educação Superior 2016. (INEP, 2017)

Apesar de sinalizar crescimento, o número de estudantes com deficiência em relação ao total de matrículas na graduação ainda é baixo, segundo os dados do Censo da Educação Superior

de 2016 (INEP, 2017), o total de matrículas em cursos de graduação e sequencial é de 8.052.254 (oito milhões e cinquenta e dois mil e duzentos e cinquenta e quatro), portanto, desse valor somente 0,45% são de estudantes público-alvo da Educação Especial.

Com relação às características dos estudantes, os dados revelam que a deficiência física, a baixa visão e a deficiência auditiva, estão mais presentes.



**Gráfico 4:** Tipos de deficiência dos estudantes no Ensino Superior.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2016. (INEP, 2017)

A partir desses dados, é importante sinalizar que esse aumento de matrículas, especificamente nas IES públicas se efetivou também pelas condições oferecidas nos processos seletivos. Essas, por sua vez proporcionam ao estudante com deficiência uma maior autonomia para realizar a prova. De acordo com a lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 nomeada com Estatuto da Pessoa com Deficiência, dispõe que:

Art.30 Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

- I – atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;
- II – disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários a sua participação;
- III – disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência.
- IV – adoção de critérios de avaliação das provas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade lingüística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;
- V - dilatação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;
- VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade lingüística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;
- VII – tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

A lei prevê a dilatação do tempo de acordo a necessidade apresentada pelo candidato. Essas medidas tornam cada vez mais acessíveis o ingresso de pessoas com deficiência no Ensino Superior.

Com relação à permanência desses estudantes, percebe-se que a manifestação da inclusão precisa se concretizar de fato, pois sabemos que estes estudantes já estão no espaço universitário há décadas, porém estes acabam sendo invisibilizados pelo processo de exclusão, uma vez que precisam se uniformizar aos critérios estabelecidos pela sociedade para conquistar este espaço, nesse sentido observa-se que as IES precisam re(pensar) as suas práticas nas esferas educacionais, administrativas, arquitetônicas e sociais. A essas ações a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008) prevê que esses recursos sejam efetivados nos processos seletivos e também nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nos espaços acadêmicos.

Ainda sobre dispositivos legais, Souza (2017) apresenta a Legislação Básica para a Educação Superior nos moldes na inclusão, segundo autora esses dispositivos vão auxiliar o processo de democratização do Ensino Superior a pessoas com deficiência. Dentre as legislações apresentadas estão a Lei 10.098/2000 que “Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2000), a lei ainda prevê sobre a acessibilidade nos edifícios públicos de acesso coletivo, de forma que sejam acessíveis a pessoas com deficiência, dessa forma as Universidades Federais

devem estabelecer padrões que facilitem e ampliem cada vez mais o acesso. Outro dispositivo citado é o Decreto 3.956/2001 que “promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência” (BRASIL, 2001).

A lei 10.436/2002 que “dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências” (BRASIL, 2002). Essa lei configura um passo importante e significativo na tentativa de diminuir preconceitos e proporcionar um melhor desenvolvimento para estudantes com deficiência auditiva. Em um de seus artigos a lei prevê que:

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Essa medida expõe a importância de profissionais cada vez mais capacitados para auxiliar os estudantes com deficiência no processo de ensino e aprendizagem. Quando um estudante surdo ou hipoacústico esteja incluído em classes regulares, o mesmo deve ser participante de maneira que as dificuldades de comunicação entre o professor e os demais estudantes sejam rompidas. Para que este trabalho se realize a universidade deverá fornecer o ambiente para que a comunicação e o trabalho pedagógico se desenvolvam por meio de:

Intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, [...] flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; [...] materiais de informação aos professores para que se esclareça a especificidade lingüística dos surdos. (COSTA, 2007, p.41)

Sobre o atendimento aos estudantes com deficiência o Decreto 7.611/2001 estabelece sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Segundo Souza (2017, p.15) a legislação sobre AEE “no início da década de 2000 mencionava apenas a Educação Básica, ou Educação de forma vaga”, por meio do decreto aprovado em 2001, à legislação passa a mencionar o AEE também no Ensino Superior. A autora ainda aponta que “até o momento atual, ainda há educadores que não percebem a exigência do AEE para os estudantes da Educação Superior” (SOUZA, 2017, p.16). Esses profissionais defendem a implantação do atendimento apenas na Educação Básica, porém em concordância com o pensamento de Souza (2017, p.23)

“optamos por defender o AEE em todos os níveis educacionais por ser integrante da educação especial”.

O Decreto 7.611/2011 ainda aponta que o AEE deve ser integrado de forma a atender as necessidades específicas de cada estudante, pois sabemos que apesar de apresentar deficiências iguais, os estudantes apresentam demandas diferenciadas e são essas especificidades que devem ser atendidas pelo AEE, em um de seus artigos o decreto sinaliza que: Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

- I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

No inciso III que dispõe sobre o desenvolvimento de recursos didáticos é importante sinalizar a elaboração de materiais em Braille e a gravação de livros e outros materiais em áudio para auxiliar o processo de aprendizagem de estudantes com deficiência visual. Desse modo a Portaria nº 3.287/11/2003/MEC também sinaliza que para estudantes com deficiência visual o:

Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitado, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo: máquina de datilografia em Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie dos textos; plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio; software de ampliação de tela. Equipamento para ampliação de textos para atendimento de alunos com visão subnormal; lupas, régua de leitura; scanner acoplado a computador, plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico de conteúdos básicos em Braille. (COSTA, 2007, p.40)

Esses materiais proporcionarão ao estudante uma maior interação no processo educativo, tornando o seu desenvolvimento acadêmico mais inclusivo. Por essas razões o trabalho a ser desenvolvido pelo AEE no Ensino Superior deve ser discutido cada vez mais, pois essas ações promovem uma autonomia didático-pedagógica nos processos de ensino, pesquisa e extensão a estudantes com deficiência nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Retornando ao Decreto 7.611/2011 em seu artigo 5º, inciso VII, vemos que é proposta a “estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior”. É através da

elaboração dos Núcleos de Acessibilidade que todo o atendimento a estudantes público-alvo da Educação Especial irá se realizar nas IFES. Esse atendimento visa à autonomia do estudante em várias esferas.

Segundo Moreira (2018, p.13)

A partir do ano de 2005 a 2011 as IFES começaram a participar de editais públicos para a liberação de recursos financeiros. Os editais tinham a finalidade de apoiar projetos de criação ou reestruturação dos Núcleos de Acessibilidade (NA) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). **Com o decreto nº 7.611 de 17 de maio de novembro de 2011 as IFES passaram a ter respaldo para a reestruturação dos Núcleos de Acessibilidade.** (grifo nosso)

Nesse período de 2005 a 2011 as IFES participavam através de chamadas concorrenciais, ou seja, elaboravam um plano, ou projeto de Núcleo de Acessibilidade a fim de promover ações inclusivas. Nessa modalidade nem todas as IFES participavam, pois haviam critérios estabelecidos para o envio de propostas e posterior seleção. No primeiro edital elaborado em 2005 pela Secretaria de Educação Especial (SEESP) e Secretaria de Educação Superior (SESu) apenas 13 IFES foram selecionadas, dentre essas 13 ainda não havia a participação de nenhuma Instituição Federal de Ensino Superior do estado do Rio de Janeiro. Moreira (2014) sinaliza que a criação dos Núcleos de Acessibilidade é fundamental para efetivar o processo de inclusão, dos estudantes nas IES públicas federais, “entretanto, por si só não garantem a qualidade no acesso, e sobretudo, a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais.” (MOREIRA, 2014, p.72).

Dentre as dificuldades encontradas no programa, Moreira (2014) cita o estudo realizado por Silva (2010), que faz uma análise dos editais do Programa Incluir no período de 2005 a 2009. Os resultados obtidos demonstraram que:

[...] dentre as dificuldades encontradas está à insuficiência de valores e a dificuldade de liberação dos mesmos, pois na maioria das vezes, não é compatível com os processos de licitações e empenhos, inviabilizando, por assim, muitas das ações previstas nos projetos encaminhados para concorrer ao edital do referido programa (MOREIRA, 2014, p. 71)

Essas questões revelam o desconhecimento da realidade das instituições. Pois de que adianta o envio de recursos se estes não suprem as necessidades locais de cada Universidade. O que precisa ser efetivado antes do recurso é o mapeamento das necessidades elaborado por quem está

dentro da Universidade, pois somente dessa forma os valores serão suficientes e eficazes para realizar os projetos estabelecidos pelo programa. Essa situação não é uma realidade isolada, visto que, alguns projetos externos realizados pelo governo possuem a característica de não considerar as peculiaridades e necessidades que já existem nas instituições de ensino.

Mesmo que a proposta inicial seja incluir, estes projetos acabam excluindo quando não contemplam a necessidade real.

De acordo com o Programa Incluir, em 2006 foram contempladas pelo projeto a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com o projeto de “Laboratório de Pesquisa e ensino de Libras”, também participando deste edital, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) com o projeto “Rural Acessível: Uma universidade inclusiva”.

No ano de 2007 a Universidade Federal Fluminense (UFF) participa com o projeto “Sensibiliza UFF” e a UFRJ volta a participar agora com a implantação do “Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade da UFRJ (NIA/UFRJ)”.

Essa realidade demonstra que neste momento a inclusão ainda se realizava de maneira inicial, pois nem todas as instituições partilhavam desta realidade e as que participavam do projeto nem sempre estavam presentes em todos os editais elaborados.

Com a extinção da Secretaria de Educação Especial, seu programa e suas ações foram direcionados a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). E em 2012 por meio da SECADI e da SESu “[...] esta ação foi universalizada atendendo todas as IFES, induzindo, assim, o desenvolvimento de uma Política de Acessibilidade ampla e articulada.” (BRASIL, 2013, p.3)

Nesse momento o apoio financeiro é realizado diretamente as Instituições Federais de Ensino Superior. E através desta parceria:

O Programa Incluir – acessibilidade na educação superior é executado [...] objetivando fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação provendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade. (BRASIL, 2013, p. 3)

Com a implementação do Programa Incluir as universidades têm a possibilidade de “institucionalizar ações de acessibilidade na educação superior [...] que se estruturam com base nos seguintes eixos:” (BRASIL , 2013, p.13)

**Infraestrutura:**

Os projetos arquitetônicos e urbanísticos das IFES são concebidos e implementados, atendendo os princípios do desenho universal.

**Currículo, comunicação e informação:**

A garantia de pleno acesso participação e aprendizagem das pessoas com deficiência, dá-se por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis; de equipamentos de tecnologia assistiva e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras.

**Programas de extensão:**

A participação da comunidade nos projetos de extensão é assegurada a todos e a todas por meio da efetivação dos requisitos de acessibilidade. Além disso, disseminar conceitos e práticas de acessibilidade por intermédio de diversas ações extensionistas, caracteriza-se em compromisso institucional com a construção de uma sociedade inclusiva.

**Programas de pesquisa:**

O desenvolvimento de uma pesquisa básica e aplicada, abrangendo as inúmeras áreas do conhecimento tem sido importante mecanismo para o avanço da inclusão social de pessoas com deficiência, quando se fundamenta no princípio da transversalidade, do desenho universal e no reconhecimento e valorização da diferença humana, compreendendo a condição de deficiência como característica individual. Assim é possível, dentro das especificidades de cada programa de pesquisa, articular, ressignificar e aprofundar aspectos conceituais e promover inovação, ao relacionar as áreas de pesquisa com a área da tecnologia assistiva.

Esses eixos tiveram a função de orientar as ações dos Núcleos de Acessibilidade, nesses núcleos os estudantes vão encontrar apoio para avançar de forma inclusiva no seu processo de formação. É importante salientar que os núcleos têm autonomia para desenvolver suas linhas de ações nas IFES, e essa autonomia é efetivada a partir da elaboração de políticas institucionais que direcionam as ações inclusivas nas IFES.

A partir do mapeamento feito por Moreira (2018), observamos que a Região Sudeste está em primeiro lugar no número de matrículas no Ensino Superior (rede pública e privada), com aproximadamente 3 milhões. O Rio de Janeiro com 550 mil matrículas ocupa a terceira posição nesse quantitativo, ficando atrás dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Esse dado demonstra que a população estudantil do Ensino Superior no Rio de Janeiro, é crescente, pois cada vez mais a procura dos cursos de graduação (e sequencial) tem aumentado. A



partir dessa demanda as IES já tem se organizado quanto ao atendimento dos estudantes, em específico aos estudantes público-alvo da Educação Especial (Moreira, 2018).

Das Universidades analisadas por Moreira (2018), quatro estão localizadas no Estado do Rio de Janeiro, são elas: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Segundo a autora, as quatro Universidades possuem Núcleos de Acessibilidade, dentre eles, são: DINAAC – Divisão de Inclusão e Assuntos Comunitários (UFRJ); Núcleo de Inclusão do Ensino Superior – *Campus Nova Iguaçu* (UFRRJ); GIEI Grupo Interdisciplinar de Educação Inclusiva Internacional (UNIRIO) e a Divisão de Acessibilidade e Inclusão – SENSIBILIZA (UFF).

Moreira (2018)<sup>5</sup> expõe que o Núcleo de Acessibilidade da UFRJ atende 4 estudantes com deficiência visual, 1 estudante com cegueira, 3 com deficiência física, 1 com deficiência múltipla, 1 com Síndrome de Asperger, e na categoria “outros”, 1 estudante (total de 11 estudantes). Com relação aos estudantes surdos e com deficiência auditiva a o NA da UFRJ não possui os dados, pois estes estudantes são atendidos pelo setor de saúde da Universidade. A UFRRJ atende 1 estudante com deficiência visual, 1 estudante com deficiência múltipla e na categoria “outros”, são 4 estudantes (total de 6 estudantes), a UFRRJ sinaliza que o atendimento é feito somente a dois estudantes, pois os outros 4 possuem autonomia devido a acessibilidade da instituição. A UNIRIO, atende 1 estudante com deficiência auditiva e 1 estudante com deficiência visual (total de 2 estudantes). A UFF com o maior número de estudantes, possui 33 estudantes com deficiência auditiva, 2 com surdez, 9 estudantes com deficiência visual, 46 estudantes com cegueira, 51 estudantes com deficiência intelectual e 1 estudantes com Síndrome de Asperger (total de 142 alunos ).

Dentre as IES federais do Estado do Rio de Janeiro, a UFF tem o maior número de estudantes atendidos pelo Núcleo de Acessibilidade. Em comparação com a Região Sudeste a UFF fica atrás da Universidade Federal de Minas – UFMG (total de 348, estudantes, docentes e técnicos) e a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (total de 170 estudantes).

---

<sup>5</sup> É importante sinalizar que estes dados já podem não ser os mesmos, devido à entrada de novos alunos nas IFES. Porém no âmbito das pesquisas estes dados são os mais recentes.

Tendo em vista esse número de estudantes com deficiência atendidos pelos núcleos, vemos que em alguns casos ainda é pouco. Esse problema ocorre tanto na identificação desses estudantes, quanto nas ações que serão realizadas no núcleo. É importante salientar que mesmo com o Núcleo de Acessibilidade, o atendimento ainda precisa melhorar de forma a ampliar suas ações.

Dentre as dificuldades sinalizadas nos Núcleos de Acessibilidade da Região Sudeste (Moreira, 2018), os coordenadores expõem que o maior problema é a falta de profissionais na equipe técnica dos núcleos, seguida da ausência de profissionais com formação específica, a difícil aceitação dos docentes em relação aos estudantes com deficiência, e as condições inadequadas de trabalho.

A difícil aceitação dos professores revela o preconceito dentro da comunidade acadêmica. “A realidade é que os professores universitários não estão preparados para receber e lidar com alunos com deficiência e o uso de materiais adaptados”. (MOREIRA, 2018, p.80). Em conformidade com o pensamento de Moreira (2014) e Moreira (2018), entendemos que os Núcleos de acessibilidade irão propiciar suporte ao professor, para o mesmo tenha condições de compreender a diversidade e as necessidades específicas de seus estudantes.

A experiência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, com o Núcleo de Acessibilidade denominado Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidade Educacional Especial – CAENE, demonstra que o processo de capacitação aos docentes e técnicos é possível e necessário (MELO; ARAÚJO, 2018). De acordo com Melo e Araújo,

A PROGRAD, entendendo a importância desse processo formativo para docentes, criou a Portaria nº 001/2012-PROGRAD (UFRN, 2012b) a qual instituiu uma comissão para elaborar uma proposta de formação continuada em educação para pessoas com NEE, a ser efetivada por meio do programa de Atualização pedagógica – PAP, assim como a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGESP através da Divisão de Treinamento de Recursos Humanos visando promoverem capacitações para docentes e técnicos. Nesse sentido, a CAENE vem atuando em parceria com estas Pró-Reitorias, participando ativamente nas ações formativas da Inclusão e acessibilidade no Ensino Superior. (2018, p.61)

Mesmo com projeto, os autores sinalizam que a procura é efetivada somente por professores lecionam ou orientam estes estudantes com deficiência. Esta situação também ocorre na área administrativa, técnicos que se envolvem com estes estudantes costumam participar do projeto de capacitação. Apesar da participação ser menor em comparação com demanda real, a presença

desses estudantes nas IES tem sinalizado que a formação continuada é de extrema importância para estabelecer uma maior compreensão sobre a deficiência, a inclusão e acessibilidade (MELO; ARAÚJO, 2018).

Sobre os profissionais que atuam nos núcleos, os coordenadores têm um papel crucial no desenvolvimento dos projetos, vemos que estes profissionais têm

[...] a responsabilidade por viabilizar ações de acessibilidade em todas as dimensões, além de buscar atender as necessidades dos estudantes com deficiência matriculados. Muitos núcleos contam com uma equipe multiprofissional, o que proporciona um trabalho sobre diferentes olhares. (CIANTELLI; LEITE, 2016, p.420)

Os profissionais que atuam em conjunto proporcionam um êxito maior nos projetos realizados. A presença estudantil também é necessária para estabelecer diálogos a fim de aprimorar as relações estabelecidas nos núcleos e com a comunidade acadêmica (CIANTELLI; LEITE, 2016).

Com relação às ações estabelecidas pelos Núcleos de Acessibilidade Ciantelli e Leite (2016) fizeram um levantamento com os coordenadores de 55 IFES que participavam do Programa Incluir, desses 55 coordenadores, as autoras obtiverem o resultado de apenas 17. De acordo com a pesquisa:

Os Núcleos de Acessibilidade mostraram as ações transformadoras como: a reestruturação nas rampas, a construção de trajetos e rotas, espaços acessíveis, adequação dos prédios, reserva de vagas nos estacionamentos, instalação e ampliação de elevadores, sanitários acessíveis, instalação de barras de apoios, instalação de lavabos, bebedouros, e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas. Essa demanda foi constatada nos 17 Núcleos de Acessibilidade participantes da pesquisa. (CIANTELLI; LEITE, 2016 *apud* MOREIRA, 2018, p.45)

Sobre as ações de estrutura humana,

[...] foram identificadas as ações como: palestras e pesquisas de acessibilidade, e em um Núcleos de Acessibilidade identificou-se o provimento de apoio e orientação a discentes, docentes e funcionários e o acompanhamento pedagógico e psicológico aos alunos com deficiência. (CIANTELLI; LEITE, 2016 *apud* MOREIRA, 2018, p.45)

Para além das mudanças arquitetônicas que são essenciais, as ações pedagógicas, de suporte psicológico e de pesquisa tomam um papel importantíssimo dentro da Universidade. Ações

como estas irão impactar diretamente na permanência e no processo de (auto)reflexão contra o preconceito que existe na comunidade acadêmica. De acordo com Costa (2005) o processo de auto-reflexão não é somente para pessoas com deficiência, este processo é necessário também para pessoas que promovem a segregação. Nesse sentido, ações como palestras e pesquisas ampliam ainda mais o conhecimento a cerca das pessoas com deficiência, desconstruindo assim, o próprio desconhecimento e os processos de exclusão efetivados dentro desses espaços, Costa (2005, p.79) ainda enfatiza que,

[...] a auto-reflexão torna-se uma ferramenta para iluminar dos dominados (no caso, os deficientes) no resgate dos elementos de classe contidos em suas próprias culturas [...] Serviria, também para orientá-los para a conseqüente ação transformadora, exigência da própria reflexão crítica.

Em conformidade com o pensamento de Costa (2005), os trabalhos e projetos desenvolvidos nos Núcleos de Acessibilidade devem ter o seu referencial voltado para a emancipação, compreendendo que, o desafio é sair da imobilidade enfrentando os paradigmas estabelecidos pela sociedade que oprime o diferente. Esses paradigmas ainda resistem, pois a atuação dos Núcleos de Acessibilidade quanto ao processo de inclusão de pessoas com deficiência ainda são incipientes. Ciantelli e Leite (2016, p.426) sinalizam que

[...] a temática é tão recente no contexto universitário que várias IFES, quando contatadas, desconheciam a existência dos núcleos de acessibilidade no espaço institucional, demonstrando que a acessibilidade parece estar apartada de outras ações da comunidade acadêmica.

Diante de toda a discussão exposta neste tópico, retornamos a questão inicial, onde questionamos a efetivação da inclusão no Ensino Superior. Ao longo de todo o texto observamos que existe atualmente um grande esforço em se efetivar políticas públicas e ações que busquem de fato a inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior, porém é sabido que mesmo com a implantação de todas essas medidas e ações a realidade nos mostra uma situação diferenciada. Sabemos que o processo de inclusão está avançando, mas ainda presenciamos situações de exclusão nesses espaços, por este motivo se faz necessário trazer para o nosso cotidiano discussões, pesquisas e ações que de fato concretizem a inclusão, pois o momento que vivenciamos não é de teorização da inclusão e sim de manifestação prática, desse modo as pesquisas e os trabalhos realizados na academia devem servir de base que essas ações sejam concretizadas. Para Adorno (1995, p.147), “[...] o processo de conscientização se desenvolve

paralelamente ao processo de promoção da espontaneidade”. Nessa perspectiva essa espontaneidade deve ser desenvolvida para além da adaptação dos indivíduos.

Por essa razão este trabalho tem em sua questão central a análise das políticas institucionais desenvolvidas nos Núcleos de Acessibilidade, nosso intuito foi demonstrar como esses núcleos se articulam para de fato exercer suas funções no atendimento a estudantes com deficiência. Neste sentido trouxemos as políticas institucionais desenvolvidas nos núcleos de quatro IES federais do Rio de Janeiro. Entre elas estão a Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

## CAPÍTULO 2: - POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DOS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*“Dever-se-ia formar uma consciência de teoria e práxis que não separasse ambas de modo que a teoria fosse imponente e a práxis arbitrária.”*  
**Theodor Adorno**

### 2.1. Concepção metodológica do estudo

Para Adorno, a teoria compõe a práxis, ela é uma forma, um comportamento que contribui significativamente para o processo de transformação e reflexão das relações existentes na sociedade contemporânea (FLECK, 2017). Dessa forma o presente trabalho compreende o desenvolvimento da pesquisa a superação do dualismo entre teoria e práxis.

O presente trabalho monográfico utiliza a abordagem metodológica da Pesquisa Colaborativa. Tradicionalmente, as pesquisas eram sobre as instituições, sem que houvesse um retorno posterior. Atualmente dentro dessa perspectiva, o trabalho colaborativo é coletivo no sentido de partilhar os recursos para que se intensifiquem as possibilidades nas instituições. As vertentes apresentadas nessa perspectiva metodológica se constituem em formação e pesquisa. Logo:

A pesquisa colaborativa [...] é uma metodologia de pesquisa no âmbito da educação, a qual considera que o conhecimento é construído por meio das interações entre os sujeitos. Dessa forma, buscam-se transformações por meio de instrumentos que permitem aos indivíduos refletirem sobre os sentidos e significados de suas próprias ações e as de outros. (GAVA; ROCHA; GARCIA, 2018, p.74)

Além disso, a pesquisa está integrada ao trabalho desenvolvido no PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica). No que se refere à coleta de dados a pesquisa foi realizada através da análise documental das políticas institucionais dos Núcleos de Acessibilidade.

Com relação aos procedimentos utilizados para a pesquisa iremos apresentá-los a seguir. No primeiro momento foi realizado o levantamento de dados nas páginas oficiais das Universidades

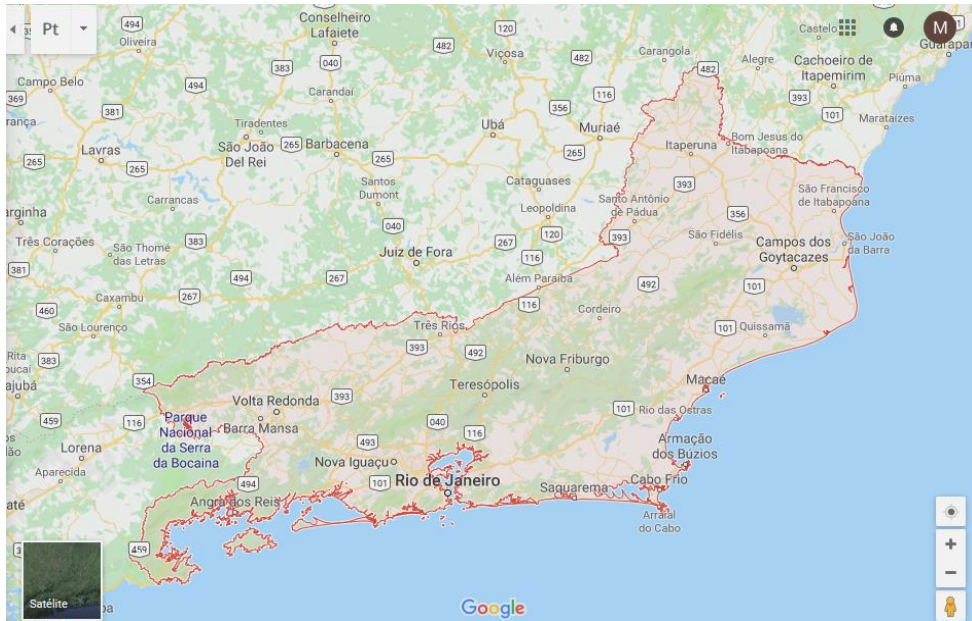
Federais e nos canais eletrônicos que se relacionavam com a temática da inclusão de pessoas com deficiência. Além da pesquisa realizada nas páginas eletrônicas foi efetuado o contato com as pessoas responsáveis ao processo de inclusão dos estudantes com deficiências nas IES. Esse contato foi efetivado por e-mail e por ligações aos setores responsáveis administrativamente. É importante salientar que alguns sujeitos não foram identificados ao longo do processo, desse modo as informações coletadas tomaram por base as referências contidas nos sites e páginas eletrônicas.

Convém destacar que foram levados em consideração os aspectos do processo de inclusão contidos nos dispositivos legais e nos teóricos como Adorno (1995), Costa (2005, 2007), Santos (2013), na tentativa de compreender como estão expressos a efetivação da inclusão nos âmbitos físicos, arquitetônicos, didático-pedagógicos, curriculares, atitudinais e entre outros aspectos.

Neste processo de análise foram consideradas políticas institucionais os documentos que expressam o caráter político das instituições. Desse modo foram analisados: Resoluções, portarias, regimentos, deliberações e o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional). A partir desta análise foi obtido um panorama que revelou como as instituições se organizam através das políticas institucionais para efetivar o processo de inclusão de estudantes com deficiência em seus espaços.

## **2.2. Caracterização do Estado do Rio de Janeiro**

O estado do Rio de Janeiro, lócus desta pesquisa, é pertencente à Região Sudeste. De acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o estado do Rio de Janeiro é considerado o 3º lugar mais populoso do Brasil, no ano de 2018 a estimativa populacional foi de 17.159.960 habitantes. O Estado possui uma área territorial de 43781.588 km<sup>2</sup> conforme demonstra o mapa abaixo:



**Figura 1:** Mapa do Estado do Rio de Janeiro.  
Fonte: Google Maps (2018)

A pesquisa se realizou colaborativamente com os Núcleos de Acessibilidade de 4 (quatro) Universidades Federais localizadas no estado do Rio de Janeiro, as quais são: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal Fluminense (UFF).

A escolha destas instituições se deu a alguns fatores: primeiro a proximidade dessas instituições no Estado do Rio de Janeiro; e a possibilidade de se construir um estudo em colaboração para que as Universidades federais através da atuação dos Núcleos de Acessibilidade possam compartilhar suas experiências e dificuldades no processo de inclusão do público-alvo da Educação Especial do Ensino Superior.

### 2.3 Os Núcleos de Acessibilidade das Universidades Federais do Estado do Rio de Janeiro



Como apresentado anteriormente, a pesquisa foi voltada a análise das políticas institucionais dos Núcleos de Acessibilidade das IES federais do Estado do Rio de Janeiro. Para dar segmento a este processo iremos destacar algumas informações. As políticas institucionais que constam neste trabalho são dos seguintes núcleos:

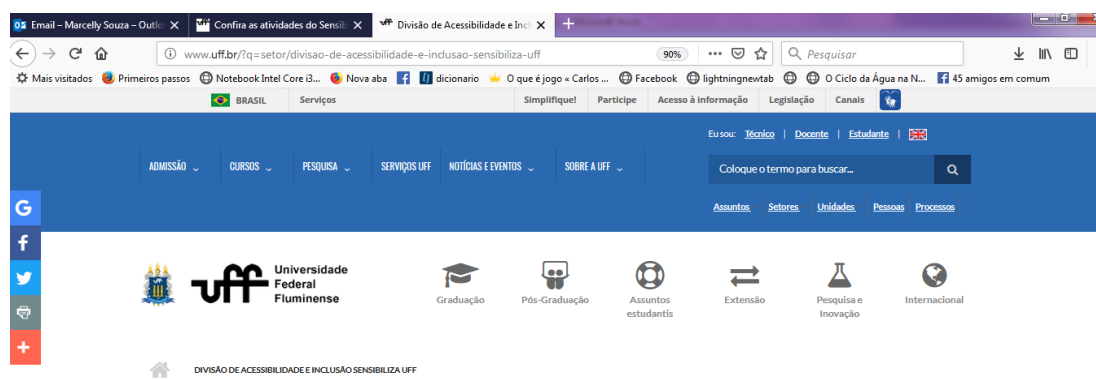
- Divisão de Acessibilidade e Inclusão Sensibiliza UFF.

De acordo com as informações disponibilizadas no site da UFF, a Divisão de Acessibilidade e Inclusão Sensibiliza UFF – DAI, atualmente é subordinada a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Com sua sede no Campus de Gragoatá em Niterói a divisão atua como espaço de apoio aos estudantes com deficiência. O site da instituição faz uma breve apresentação sobre a divisão e expõe que a mesma

[...] tem como foco de seus projetos garantir o ingresso e a permanência dos alunos com deficiência, proporcionando uma trajetória acadêmica produtiva e sem obstáculos, além de criar condições básicas de acesso à educação, de mobilidade e utilização de equipamentos e instalações da Universidade. (UFF, 2016)

Com o intuito de garantir a permanência e contribuir para um ambiente inclusivo na instituição a divisão atua em diversos projetos que são divulgados constantemente na página da UFF a fim de facilitar o acesso à informação, além disto, é disponibilizado no site o contato via e-mail e telefone para que os estudantes possam estabelecer uma comunicação direta com a divisão.

Vejamos a seguir:



## Divisão de Acessibilidade e Inclusão Sensibiliza UFF

Subordinado a:  
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

**Figura 2** – Portal da UFF – Página de informações sobre a Divisão de Acessibilidade e Inclusão.  
Fonte: UFF (2016)

Na página da instituição é destinado um espaço específico para informar o que é a divisão e quais projetos ela desenvolve. O site é uma ferramenta bastante utilizada, na página são divulgadas palestras, cursos e entre outros. Para ampliar a informação sobre as atividades foi disponibilizado no site a agenda de atividades do Sensibiliza como ilustra a figura abaixo:



**Figura 3** – Portal da UFF – Atividades do Sensibiliza na Agenda Acadêmica  
Fonte (UFF, 2018)

Através dos canais de informação da UFF (Figura 2), a divisão consegue alcançar um número maior de pessoas fazendo com que o núcleo seja reconhecido dentro do espaço universitário. Essa visibilidade contribui significativamente no processo de inclusão, pois a comunidade acadêmica passa a reconhecer e apoiar os projetos realizados. No processo de busca eletrônica percebe-se que há uma preocupação por parte da divisão em informar as ações de acessibilidade que ocorrem na UFF. Esse tipo de abordagem também proporciona ao estudante com deficiência uma facilidade em buscar apoio na instituição.

- Núcleo de Acessibilidade da UNIRIO – NAUNIRIO.

Na busca por informações sobre o Núcleo de Acessibilidade na UNIRIO tivemos pouco acesso sobre o mesmo. O site da universidade disponibiliza diversas ações que buscam promover a acessibilidade e inclusão na instituição. No portal inicial é destinada uma página específica para esta temática, vejamos:



**Figura 4** – Portal da UNIRIO – Página Inicial da instituição.  
Fonte (UNIRIO, 2018)

Ao acessar o link sinalizado (Figura 4) a página é direcionada para a área de acessibilidade. Esta página contém informações e ferramentas para garantir a inclusão de pessoas com deficiências. A página é dividida em 8 partes que correspondem, respectivamente a: Comissão de Acessibilidade; Plano, Projetos, Ações e Grupos de Acessibilidade; Atos Normativos sobre Acessibilidade; Núcleo de Acessibilidade e Usabilidade; Acessibilidade e Ensino; Palestras sobre Acessibilidade e Inclusão; Acessibilidade e Mídias e Fale Conosco.

Na parte destinada a *Comissão de Acessibilidade* é apresentado um grupo de profissionais reunidos com o intuito de “propor e consolidar as ações desenvolvidas pela comunidade universitária e prestar suporte às atividades que envolvam a acessibilidade na Universidade” (UNIRIO, 2018). É disponibilizado também o documento que normatiza a Comissão. No que se referem ao *Plano, Projetos, Ações e Grupos de Acessibilidade* “são divulgadas informações institucionais, compreendendo atos normativos, Grupos de Trabalho, Planos e Projetos da UNIRIO (UNIRIO, 2018). Nessa área está exposta a política institucional denominada Plano de Acessibilidade da UNIRIO (PLACES).

The screenshot shows a web browser window with the URL [www.unirio.br/acessibilidade/plano-e-projetos-de-acessibilidade](http://www.unirio.br/acessibilidade/plano-e-projetos-de-acessibilidade). The page layout includes a left sidebar with a 'MENU' section listing various accessibility-related topics, a main content area with a heading and a list of institutional information, and a right sidebar with a calendar for November 2018 and a 'NOTÍCIAS' section containing three news items. The news items are: '1º Fórum de Acessibilidade e Inclusão - UNIRIO saiba mais clicando aqui!' (dated 26/09/2018), 'Curso de Introdução à Libras no Contexto Universitário...saiba mais clicando aqui!' (dated 26/09/2018), and 'Acessibilidade é abordada no III Fórum dos Cursos de Graduação da UNIRIO' (dated 28/08/2018). The page is updated as of August 27, 2018.

**Figura 5** – Acessibilidade na UNIRIO – Plano, Projetos, Ações e Grupos de Acessibilidade.  
Fonte (UNIRIO, 2018)

Além de apresentar a política institucional, a página informa sobre o Grupo Interdisciplinar de Educação e Inclusão (GIEI), o grupo foi criado em 2012 com o objetivo de promover “construir coletivamente discursos e práticas que possam vir a se expressar em ações concretas em prol da sustentabilidade e da inclusão a partir da universidade.” (UNIRIO, s.d.). O grupo tem a participação de 4 IES brasileiras e 3 estrangeiras, as quais são: UERJ, UFF, UFRJ,

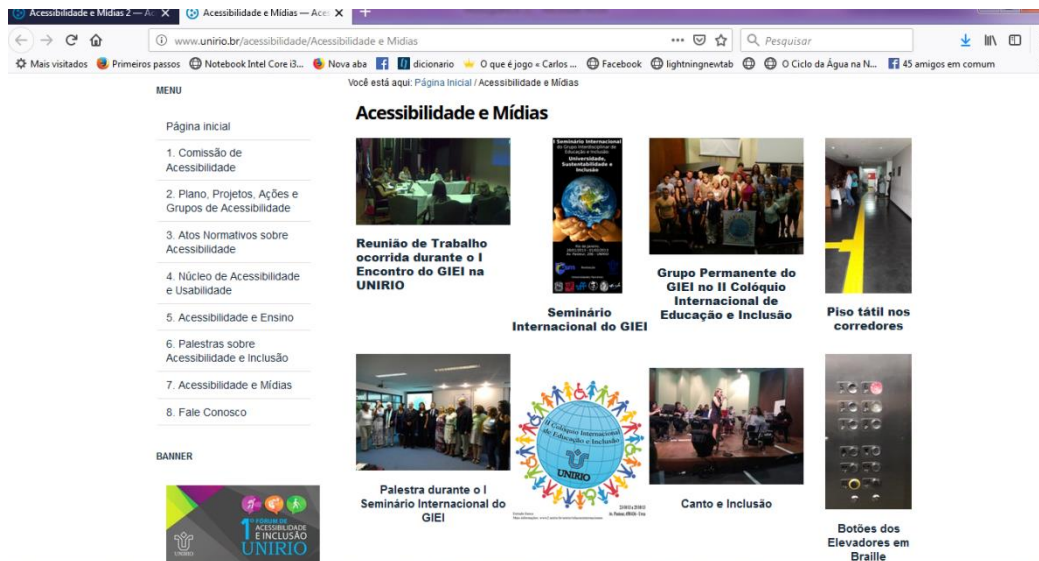
UFSCar, Università degli Studi di Roma “Foro Italico”, Universidad de La Rioja e Universidad Distrital de Bogotá.

No que refere ao Núcleo de Acessibilidade e Usabilidade (NAU) não foram encontradas informações substanciais que caracterizam o trabalho desenvolvido pelo núcleo. A página que seria destinada a este tipo de informação não está disponível. Com relação aos Projetos de Pesquisa relacionados à temática, foram encontrados 46, desses 23 estão em andamento e 23 foram concluídos. Dentro da perspectiva da inclusão, os temas são diversos e abordam questões sobre Direitos Humanos e Acessibilidade, Gestão escolar e inclusão, Tecnologias Assistivas e entre outros. Com relação aos Projetos de Extensão foram identificados 36 projetos que se dividem nas áreas temáticas de Educação, Cultura, Saúde, Tecnologia e Produção, Meio Ambiente, Comunicação e Direitos Humanos e Justiça.

Além dessas atividades são desenvolvidos Projetos de Assistência Estudantil com Acessibilidade, denominados: “Inclusão Social de Jovens e Adultos com Deficiência: Transformando atitudes”, do curso de Pedagogia; “O Ensino de Matemática para uma Educação Inclusiva?”, do curso de Matemática e “Oficina de Teatro Circulando. Ateliê de Teatro para Jovens com Transtornos Mentais”, do curso de Artes Cênicas.

Na área de *Atos Normativos sobre Acessibilidade*, são publicados decretos, leis, resoluções e portarias instituídas pelo Governo a inclusão de pessoas com deficiência. Sobre *Acessibilidade e Ensino*, é realizado o mapeamento de trabalhos, artigos e livros publicados pela instituição. Na graduação foram desenvolvidos 13 trabalhos de conclusão de curso na temática de inclusão e acessibilidade no período de 2013 a 2017, na Pós-Graduação, foram realizadas 26 dissertações de mestrado no período de 2005 a 2017 e duas teses, respectivamente em 2015 e 2016. Foram publicados no período de 2012 a 2014, 14 artigos distribuídos em periódicos, revistas, congressos, capítulos de livros e entre outros. No que se refere à publicação de livros foram realizados um em 2008 e outro em 2009. Além da produção de trabalhos, a instituição recebeu 11 prêmios e homenagens na temática de inclusão e acessibilidade.

No que diz respeito à *Palestra sobre Acessibilidade e Inclusão*, foram realizadas 8 no período de 2014 a 2017. Sobre *Acessibilidade e Mídias* foram disponibilizadas algumas fotos (figura 6) de eventos que ocorrerem na universidade.



**Figura 6** – Acessibilidade da UNIRIO – Acessibilidade e Mídias  
Fonte (UNIRIO, 2018)

No que se refere à informação a UNIRIO disponibiliza questões importantes sobre eventos e trabalhos desenvolvidos pela instituição. A dificuldade encontrada está relacionada ao próprio Núcleo, as informações contidas no site e no próprio Plano de Acessibilidade não esclarecem de fato o núcleo que atualmente realiza o trabalho de acessibilidade na instituição.

- Diretoria de Acessibilidade (DIRAC) - UFRJ.

A Diretoria de Acessibilidade da UFRJ foi instituída recentemente em fevereiro de 2018. O portal da instituição disponibiliza uma área reservada para divulgar a história e outros informativos competentes a diretoria. De acordo com as informações disponibilizadas na página, a “DIRAC foi criada pela Portaria nº 1.319, de 22 de fevereiro de 2018, com a função de elaborar e implementar a Política de Acessibilidade da UFRJ. Trata-se, portanto, de uma instância executiva, diretamente vinculada ao Gabinete do Reitor”. (UFRJ, 2018)



**Figura 7 - Portal da UFRJ - Diretoria de Acessibilidade (história)**  
 Fonte (UFRJ, 2018)

A DIRAC possui uma equipe de profissionais que trabalham em conjunto para garantir acessibilidade na instituição. Atualmente existe uma Diretoria Geral e uma Divisão de Orientação e Suporte que é composta por técnicos em administração, acessibilidade, acessibilidade audiovisual, assuntos educacionais (Educação Especial), comunicação, deficiência visual, edificações (mobilidade) e tecnologias assistivas. Cada profissional atua numa área específica com o intuito de abranger as necessidades existentes.

A página também informa algumas atividades que envolvem a temática da inclusão. Com relação à formação continuada de servidores (federais, estaduais e municipais) a divisão divulgou a realização do curso em Educação em TEA (Transtorno do Espectro Autista) - Noções Básicas. De acordo com a página o curso tinha o objetivo de preparar e capacitar servidores que estão envolvidos no atendimento de indivíduos que possuem o diagnóstico de TEA. O curso foi realizado na modalidade EAD e teve como objetivo promover discussões e reflexões a cerca do processo de inclusão desses indivíduos. O curso foi iniciado em setembro de 2018 com término em dezembro do mesmo ano.

Além dos cursos, são divulgados palestras e atividades que buscam promover questões sobre deficiência. Apesar de ser instituída recentemente a diretoria tem prosseguido com os projetos



de acessibilidade que já existam anteriormente na universidade. Na página é disponibilizado o contato telefônico e eletrônico para facilitar a comunicação da divisão com o público.

- Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Rural (NaiRural).

O NaiRural surge em 2012 para atender a exigência do Programa Incluir. No portal da instituição é disponibilizado um informativo com a atual gestão e com os objetivos do referido núcleo, conforme figura 8.

The screenshot shows the UFRRJ website interface. At the top, there is a navigation menu with categories like INSTITUCIONAL, GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO, ASSUNTOS ESTUDANTIS, FINANCEIRO, BIBLIOTECA, CONCURSOS, IMPRENSA, and SIG. Below the menu, the breadcrumb trail reads: Portal UFRRJ > Pró-Reitoria de Graduação > Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Rural (NaiRural-RJ). The main heading is "Pró-Reitoria de Graduação" followed by "Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Rural (NaiRural-RJ)". The text states that the nucleus was created by Deliberation n° 112 of 12/06/2012 to implement inclusive educational policies. It lists the current management (Portaria 663/GR, 2 de agosto de 2016) and the constitution of the nucleus, including the coordinator (Ana Carla Ziner Nogueira) and members. It also lists general objectives: 1 - Promote actions and activities that favor access, permanence, and participation of students with special educational needs; 2 - Offer pedagogical support to UFRRJ graduation courses to meet the demands of students with special educational needs. On the right side, there is a "Últimas Notícias" section with a list of news items, including "Manual orienta sobre constituição de processos disciplinares discentes" and "A liberdade de pensamento e expressão nas universidades brasileiras".

**Figura 8** – Portal da UFRRJ – Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Rural (NaiRural)  
Fonte: UFRRJ (2018)

O NaiRural não possui uma página específica para informações de seus projetos e ações, as notícias são divulgadas no próprio portal da instituição ou nos informativos impressos, como o Rural Semanal. Souza (2017, p.31) faz uma análise sobre as informações do núcleo disponibilizadas na internet, segundo a autora:



[...] não foi encontrado de imediato uma página que remeta as informações necessárias sobre a existência ou não do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Não encontramos com facilidade de acesso nenhuma informação que pudesse dar visibilidade sobre a existência do NAI. Embora, durante diálogos in loco soubemos existir uma Comissão que integra o Núcleo. Através da pesquisa virtual no site não ficou claro sobre o local em que o núcleo está funcionando, nem se existe alguma ação ou atividade em funcionamento no momento.

Os eventos e notícias realizadas pelo núcleo que constam no site em sua maioria são de 2016. Nessa época o núcleo realizou uma pesquisa a fim de identificar as necessidades e demandas dos estudantes com deficiência na instituição, vejamos a seguir:

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE  
E INCLUSÃO DA UFRRJ

**NAIRural RJ**

*Apoio pedagógico  
Adaptação de materiais  
Tutoria durante as aulas*

APOIAR, ORIENTAR E REGUARDAR O DIREITO DO DISCENTE COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS A FIM DE ASSEGURAR O SEU ACESSO, PERMANÊNCIA E O SEU DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO, COMBATENDO A RETENÇÃO, A EVASÃO E O DESLIGAMENTO, ZELANDO PELA SUA INTEGRAÇÃO AO AMBIENTE ACADÊMICO.

Estatuto da Pessoa Com Deficiência, Lei 13.146/15 - Art. 27, parágrafo único:  
"É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação."

Informações, cadastro e solicitações:

BR 465, KM 7, s/n - UFRRJ, Pavilhão Central, sala 94. Seropédica, RJ 23897-000  
nairuralrj@gmail.com

UFRRJ  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

PROGRAD  
PROFESSORIA DE GRADUAÇÃO

PROLES

**Figura 9** – Portal da UFRRJ - Nai-Rural realiza pesquisa para identificar as demandas específicas de estudantes com necessidades especiais

Fonte: UFRRJ (2016)

De acordo o núcleo a pesquisa tinha o objetivo de “[...] construir uma política inclusiva e de acessibilidade em nossa Universidade [...] a fim de buscar ações junto aos órgãos

institucionais, para garantir o direito do discente ao Ensino Superior com qualidade” (UFRRJ, 2016). Para a realização da pesquisa foi disponibilizado um formulário online para que os estudantes pudessem preencher com as informações. O resultado da pesquisa realizada pelo núcleo foi divulgado no Relatório de Gestão da Universidade no ano de 2016. Apesar de promover a pesquisa com o intuito de construir uma política inclusiva, até o momento atual, essa política não foi divulgada nos canais de informação da Universidade.

## **2.4 Mapeamento das Políticas institucionais dos Núcleos de Acessibilidade**

O panorama da inclusão no Ensino Superior tem se direcionado as ações que promovem de fato uma inserção democrática de estudantes com deficiência nos espaços acadêmicos. Essa realidade tem se efetivado pela implantação dos Núcleos de Acessibilidade como apresentamos anteriormente. Conhecer o desenvolvimento dessas ações nos permite analisar se de fato a inclusão se realiza nesses espaços, e em contrapartida, se faz necessário compreender também o direcionamento e as ações políticas que se manifestam.

Ao abordar as Políticas Institucionais, nos focalizamos na estruturação desses núcleos, ou seja, queremos compreender de que forma essas diretrizes foram elaboradas de forma a cumprir o que foi determinado por lei através do Programa Incluir, pois “[...] o Ministério da Educação apoia as IFES, por meio de apoio contínuo e sistemático de recursos orçamentários para execução de ações de acessibilidade, no âmbito do eixo “Acesso a Educação” do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com deficiência [...]” (BRASIL, 2013, p.3). Nesse sentido, as IFES assumem o compromisso de efetivar essas políticas para que de fato se tenha o acesso e a permanência a pessoas com deficiência no Ensino Superior.

As Políticas Institucionais se constituem em documentos oficiais que expressam o perfil e os parâmetros estabelecidos pelas IFES. Esses parâmetros devem se desenvolver com base no que foi estabelecido, porém quando se trata da aplicação prática, ou seja, aos movimentos instituintes, a realidade se difere, pois nem sempre as demandas serão contempladas pelo que foi estabelecido através das políticas. Partindo do pressuposto de que a realidade pode se comportar de maneira diferenciada do que foi planejado, essas ações devem se relacionar com o cotidiano das instituições.

Neste momento apresentaremos as Políticas Institucionais elaboradas nas quatro IFES do estado do Rio de Janeiro.

Vejam os a seguir:

### Universidade Federal Fluminense (UFF)

<b>Dispositivo Legal</b>	<b>Preceito</b>
Resolução nº 341/2008	Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Sensibiliza UFF.
Portaria nº 494/09	Dispõe sobre a mudança do nome de Núcleo Ensino, Pesquisa e Extensão Sensibiliza UFF – NEPES para Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza/UFF – NAIS UFF.
Portaria nº 49.383/13	Alteração do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão para Divisão de Acessibilidade e Inclusão vinculado a PROAES.
Portaria nº 59.085/17	<i>Constitui o grupo de trabalho para elaboração do Plano Institucional de Acessibilidade da Universidade Federal Fluminense. (UFF, 2017)</i>
Política Institucional de Acessibilidade da UFF – 13 de agosto de 2017	Plano de acessibilidade e inclusão que norteia as ações que serão executadas na instituição.

**Quadro 1** – Políticas institucionais desenvolvidas pela UFF.

Fonte: elaborada pela autora (2018)

A Universidade Federal Fluminense no ano de 2007 participa do Programa Incluir com o projeto Sensibiliza UFF, neste edital a instituição recebeu cerca de noventa e quatro milhões de reais para realizar ações de inclusão a estudantes com deficiência. É importante sinalizar que no ano seguinte é constituído o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Sensibiliza UFF – NEPES pela Resolução nº 341/2008. Esta resolução aprovava o Regimento Interno do Núcleo. Segundo o Regimento no seu artigo 2º o NEPES – UFF tinha a finalidade de garantir ações de acessibilidade

aos estudantes com deficiência nos eixos de “ensino, pesquisa, extensão, serviços e infra-estrutura” (UFF, 2008, p.2)

De acordo com o Regimento, o objetivo geral do Núcleo era de:

Promover a acessibilidade das pessoas com Deficiência, Transtornos do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação ou outras necessidades educacionais especiais, por meio da redução de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais enfrentadas pela comunidade interna e externa à UFF pelas ações de ensino, pesquisa, extensão, serviço e infra-estrutura para efetivar a política de acessibilidade universal com vistas à construção de sua cidadania plena. (UFF, 2008, p.2)

Além de prever essas ações o NEPE – UFF tinha o compromisso de identificar projetos relacionados a pessoas com deficiência a fim de divulgar e promovê-los na própria instituição. Outra ação bem significativa foi a “[...] introdução do tema Inclusão Social da Pessoa com Deficiência em disciplinas dos cursos de Graduação e Pós-Graduação nas modalidades presencial e a distância”. A elaboração dessa disciplina está em consonância com o pensamento de Costa (2007), onde a educação é um processo formativo que possibilita a emancipação e a quebra do preconceito nos ambientes escolares. A partir de ações como esta, possibilitamos a apropriação do conhecimento de forma a promover a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades.

Com relação a sua estrutura organizacional, o Regimento previa no artigo 4º, parágrafo 1º que:

O NEPE-UFF será constituído de um(a) coordenador(a), docente pertencente ao Quadro Permanente da UFF, uma secretária e dois estudantes (sendo que pelo menos um com necessidades especiais), dois docentes e um técnico administrativo em cada um de seus setores, com a ciência de suas Unidades de Ensino/Departamentos da UFF. (UFF, 2008, p.5)

Na estrutura organizacional observamos a presença estudantil representada pela exigência de “pelo menos um” estudante com deficiência, essa determinação é importante, pois sinaliza a voz dos estudantes público-alvo da Educação Especial no Núcleo. Sobre esta questão Souza (2017, p.51) apresenta que:

[...] ser universitário é assumir o papel de aprendiz e participar criticamente de seu contexto sociohistórico. Aprender não se resume aos conteúdos curriculares, implica

na construção de conhecimentos, em lidar com outros papéis sociais durante o processo educacional

Com todas essas determinações o NEPES – UFF passou a entrar em vigor no dia 1º de outubro de 2008. Em 8 de abril de 2009 pela Portaria nº 494/09 foi aprovada a mudança do nome do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Sensibiliza UFF – NEPES para Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza/UFF – NAIS UFF. Com essa nova nomenclatura a instituição implementa o que foi determinado pelo Programa Incluir, que fomenta a criação de Núcleos de Acessibilidade nas IFES.

Em 2013 com a aprovação da Portaria nº 49.383 de maio de 2013 o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza UFF passa a ser denominado Divisão de Acessibilidade e Inclusão, vinculado a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES). Essa nova mudança na nomenclatura possibilitou uma maior autonomia nas ações e realizações do antigo núcleo. Atualmente a Divisão de Acessibilidade e Inclusão tem as suas ações voltadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial na instituição.

A partir dessa mudança, em 12 de junho de 2017 pela Portaria nº 59.085 é constituído o “Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Institucional de Acessibilidade da Universidade Federal Fluminense” (UFF, 2017, p.16). O plano entrou em vigor 13 de agosto de 2017 e “Dispõe sobre a Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense e o Plano Acessível de Acessibilidade e Inclusão – UFF Acessível (UFF, 2017, p.1). Todas as ações voltadas para o público-alvo da Educação Especial são norteados através desta política.

Em seu artigo 2º vemos que:

Art. 2º A Política de Acessibilidade e Inclusão da UFF baseia-se nas seguintes diretrizes:

I – a acessibilidade é um conceito em evolução, resultante da interação entre pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas e as barreiras atitudinais, ambientais e de comunicação que impedem sua plena e efetiva participação e inclusão na vida em sociedade;

II – a autonomia, a independência e a segurança das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas são dimensões que devem ser consideradas na elaboração e implementação de todos os regulamentos, planos, projetos e ações desenvolvidos na universidade;

III – a acessibilidade das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas é princípio, direito e garantia para o pleno e efetivo exercício da vida em sociedade, da cidadania e dos demais direitos; (UFF, 2017, p.3)

Essa Política Institucional tem a intenção de unir as questões de acessibilidade já existentes na universidade. Ela tem a função de proporcionar aos estudantes de graduação e pós-graduação, docentes e técnicos administrativos que possuam deficiência ou necessidades diferenciadas o pleno acesso nos eixos arquitetônicos, comunicacionais, pedagógicos, culturais e entre outros.

Atualmente são desenvolvidas várias ações, como palestras e encontros que ampliam cada vez mais essa discussão no ambiente acadêmico. Sabemos que com a implantação de medidas como esta a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior se torna possível e necessária.

### Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

<b>Dispositivos Legais</b>	<b>Preceitos</b>
Portaria nº 9168/16	Regimento do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva
Portaria nº 10264/16	Dispõe sobre a criação da Comissão Executiva Provisória do Fórum UFRJ Acessível e Inclusiva.
Portaria nº 1319/18	Cria e nomeia a Diretoria de Acessibilidade – DIRAC
Portaria nº 1326/18	<i>Cria a Comissão Interdisciplinar específica para a validação de vaga de ação afirmativa – modalidade pessoa com deficiência (UFRJ, 2018)</i>

**Quadro 2** – Políticas Institucionais desenvolvidas pela UFRJ.  
Fonte: desenvolvido pela autora (2018)

Uma das primeiras universidades do Rio de Janeiro a participar do Programa Incluir, a UFRJ concorre ao edital de 2006 com o projeto de Laboratório de pesquisa e ensino de Libras. Já em 2007 a universidade volta ao edital com o projeto do Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade na UFRJ (NIA/UFRJ).

O núcleo tinha a finalidade de incluir e desenvolver ações para o público-alvo da Educação Especial, com o objetivo de “integrar e promover a interdisciplinaridade e a interatividade

entre as diversas iniciativas já existentes nas diferentes unidades da UFRJ” (Souza, s.d, p.4). De acordo com Souza (s.d) o núcleo existia na teoria, mas, na prática, realizava apenas algumas funções por conta da falta de financiamento. Outro problema encontrado era que apenas uma servidora estava trabalhando mais ativamente no núcleo. Com a saída da mesma as ações desenvolvidas pelo núcleo foram abandonadas. Em 2010 houve o retorno da servidora, porém as ações do núcleo já não tinham tanta visibilidade e nem o mesmo incentivo dantes. Pelo contexto de insucesso na reestruturação do Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade na UFRJ, em 2016 através da Portaria nº 9188 de 30 de setembro, a Reitoria institui e normatiza o Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva. O Fórum é intuído com o intuito de discutir e elaborar propostas sobre uma política institucional de acessibilidade. De acordo com o Regimento do Fórum no artigo 1º os objetivos são:

- I - propor políticas e diretrizes básicas que permitam o fortalecimento das ações de acessibilidade;
- II - debater e refletir acerca das experiências, dificuldades, necessidades e desafios comuns as Pessoas com Deficiência (PcD), Programas, Projetos e Cursos em acessibilidade visando melhorias nas ações;
- III - articular Coordenadores (as), Projetos e Cursos objetivando a socialização das ações relativas à Acessibilidade;
- IV - estabelecer interlocução com outras instituições;
- V - buscar ampliar as possibilidades de captação de recursos para o desenvolvimento de Projetos em Acessibilidade na universidade;
- VI - fomentar iniciativas voltadas para o fortalecimento da articulação entre o ensino, a extensão e a pesquisa dentro da temática. (UFRJ, 2016, p.1)

Mesmo com todas as ações norteadas pelo regimento o Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva, tinha um caráter de promoção de discussões sobre a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior. As suas linhas de ações ainda não previam de fato o atendimento, a aplicação prática para efetivar a inclusão na instituição. O que se tinha era o assessoramento a Administração sobre os programas e planos de acessibilidade, o contato permanente com as representações estudantis, docentes e técnico-administrativas, participação de eventos sobre inclusão e a discussão para propor uma política institucional sobre acessibilidade.

Com o objetivo de ampliar esse atendimento a pessoas com deficiência na UFRJ a Portaria nº 10264 cria a Comissão Executiva Provisória Fórum UFRJ Acessível e Inclusiva “objetivando dar prosseguimento a implantação do Fórum UFRJ Acessível e Inclusiva” (UFRJ, 2016, p.1)

Recentemente, em 22 de fevereiro de 2018 pela Portaria nº 1319 é aprovado a Diretoria de Acessibilidade (DIRAC) – antigo Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva – vinculada ao Gabinete do Reitor. Essa mudança conferiu ao até então antigo Fórum uma maior autonomia nas ações de inclusão e acessibilidade. A DIRAC tem o objetivo de sistematizar e executar a política institucional e ações apontadas pelo Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva, além disso, deverá acompanhar e orientar essa implementação de forma a fortalecer a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão dentro de uma perspectiva inclusiva.

Neste referido documento, no artigo 1º, parágrafo 2º e no inciso VII percebe-se um caráter mais prático na DIRAC, observamos que uma das atribuições consiste em: “Planejar e executar, em articulação com demais instâncias institucionais, ações para a garantia do acesso, bem-estar, conforto, aprendizado, livre circulação, permanência e acessibilidade nas dependências da UFRJ;”. Além da criação da DIRAC foi aprovada a Comissão Interdisciplinar pela Portaria nº 1326/18, que tem a função de validar a vaga de ação afirmativa para pessoas com deficiência. Essas políticas institucionais implementadas demonstram um panorama mais inclusivo no Ensino Superior. É um importante avanço, porém afirmamos que mais ações precisam ser realizadas, pois no cotidiano ainda presenciamos atos de exclusão.

### **Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro (UNIRO)**

<b>Dispositivo Legal</b>	<b>Preceito</b>
Plano de Desenvolvimento Institucional (2017-2021)	Planejamento estratégico da Universidade que contém metas e objetivos a serem atingidos.
Portaria nº 740/16	Criação da Comissão Permanente de Acessibilidade e elaboração de um plano de metas para o atendimento a pessoa com deficiência.
Resolução nº 4.848/17	Aprova o plano de Acessibilidade na UNIRO
Plano de Acessibilidade	Prevê metas e ações para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência na instituição.

**Quadro 3** – Políticas Institucionais desenvolvidas pela UNIRO.  
Fonte: desenvolvido pela autora (2018)



De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIRIO, a instituição assume o compromisso de estabelecer ações de acessibilidade para pessoas com deficiência. Neste plano a universidade expõe metas e objetivos que devem ser alcançados no período de 2017 a 2021. Dentre essas ações surge a “preocupação em adequar a Universidade aos padrões de uma instituição que se quer inclusiva e diversa, recebendo pessoas com necessidades especiais, entre docentes, discentes, técnicos administrativos e visitantes.” (UNIRIO, 2017, p.118)

Um dos eixos que irão orientar essa acessibilidade é a adequação dos espaços físicos, o documento institui que é necessário:

a) modernizar os Planos de Desenvolvimento da UNIRIO por meio do planejamento de ações acadêmicas inovadoras, voltadas à solução de problemas para corrigir desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável, tornando a UNIRIO ainda mais acessível, com a ampliação da política de inserção de deficientes por meio de investimentos em acessibilidade e adaptação de espaços. (UNIRIO, 2017, p.106)

Seguindo esta perspectiva do Plano, observamos a preocupação de que este estudante com deficiência tenha pleno acesso aos espaços físicos da universidade. Sabemos que garantindo este direito o estudante possuirá uma maior autonomia no que se refere à mobilidade nos *campi*. Apesar de não encontrar dados no Programa Incluir sobre a participação da universidade nos editais estabelecidos no período de 2005 a 2011, no PDI é citado o Núcleo de Acessibilidade da UNIRIO (NAUNIRIO) que tem o objetivo de:

[...] promover, coordenar e executar programas, políticas e ações voltadas para a mobilidade e a acessibilidade, além de acompanhar e fiscalizar as políticas de inclusão relacionadas às pessoas com deficiência no ensino superior, visando à garantia de ingresso, acesso, permanência e mobilidade, constitui-se numa importante unidade para viabilizar essas ações. (UNIRIO, 2017, p. 118)

Apesar de ser citado no PDI não encontramos informações mais específicas sobre o Núcleo de Acessibilidade. Em contrapartida o Plano apresenta a criação da Comissão Permanente de Acessibilidade instituída pela Portaria nº 740. Criada em agosto de 2016 a comissão “[...] obteve recursos por meio de emenda parlamentar impositiva, a ser executada em 2017 no espaço da Reitoria, com a colocação de piso táctil dentre outras ações em parceria com a PROExC. Tais práticas visam promover acessibilidade na instituição.” A criação deste grupo foi realizada considerando os seguintes dispositivos legais: Lei nº 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional

de Avaliação da Educação Superior (SINAES); Lei nº 10.098/2002 sobre acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida; Lei nº 6.949/2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Lei nº 7.611/2011 sobre o atendimento educacional especializado; Portaria nº 3.284/2003 que dispõe da acessibilidade de pessoas com deficiência; e Lei 12.764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Esses dispositivos em conjunto são utilizados como base na construção desta comissão que contém cerca de vinte e cinco profissionais que irão promover essas ações na instituição.

Por meio da Resolução nº 4.848/17 fica aprovado o Plano de Acessibilidade (PA) da UNIRIO elaborado em conjunto com a Comissão Permanente de Acessibilidade. De acordo com o documento elaborado o Plano de Acessibilidade “surgiu da necessidade institucional de garantir a acessibilidade a toda à comunidade e também de atender ao que define o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIRIO, para a área.” (UNIRIO, 2017, p.33). O PA também apresenta que a política de acessibilidade da instituição vem sendo construída desde 2005 quando o Programa Incluir é instituído para as IES federais.

Segundo o PA a Política de Acessibilidade da UNIRIO será estruturada em oito eixos. A partir desses eixos serão indicados os órgãos responsáveis para concretizar as ações de acessibilidade. O plano ainda institui um prazo para que estas questões sejam executadas, de modo que o mesmo sirva como referência para reestruturação e efetivação das ações e metas previstas em cada eixo.

Cada eixo possui metas a serem alcançadas, vejamos a seguir:

**No Eixo 1 – Acessibilidade: Inclusão e permanência:** atender maior número de discentes, docentes e técnico-administrativos com necessidades especiais; realizar ações que favoreçam a permanência dos alunos; e estabelecer convênios com instituições especializadas e/ou representativas e parceiras intrainstitucionais para efeito de prestação de serviços e assessorias.

**No Eixo 2 – A Infraestrutura Acessível:** elaborar um programa de construção, reformas e/ou adaptações, manutenção das instalações e equipamentos da UNIRIO, conforme os princípios do desenho universal, buscando a eliminação das barreiras arquitetônicas Assim como realizar ações que minimizem essas barreiras até que sejam eliminadas.

**Eixo 3 – A Acessibilidade Pedagógica e Curricular:** garantir acessibilidade pedagógica e curricular dos discentes, docentes e técnico-administrativos com necessidades especiais nas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

**Eixo 4 – A Acessibilidade Comunicacional e Informacional:** garantir a Acessibilidade informacional; melhorar a acessibilidade aos sítios da UNIRIO; e garantir a Acessibilidade Comunicacional dos discentes, docentes e técnico-administrativos com necessidades especiais nas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

**Eixo 5 - A Catalogação das Informações sobre Acessibilidade:** aperfeiçoar os sistemas de caracterização das pessoas com deficiência.

**Eixo 6 - Ensino, Pesquisa e Inovação em Acessibilidade:** desenvolver cursos sobre temas da acessibilidade e/ou a eles relacionados para discentes e servidores da Instituição.

**Eixo 7 - Extensão sobre/com Acessibilidade:** implantar e implementar um programa de comunicação com a comunidade universitária para sensibilização e reconhecimento dos valores sociais da convivência na diversidade e do ambiente acessível a “todos”; e realizar eventos sobre acessibilidade no ensino superior e/ou eventos acessíveis às pessoas com necessidades especiais

**Eixo 8 - Recursos Humanos e Financiamento da Política de Acessibilidade:** definir estratégias para contratação de técnico-administrativos e outros profissionais para atender as demandas da Universidade; e buscar recursos para infraestrutura, comunicação, informação e atividades de ensino, pesquisa e extensão (UNIRIO, 2017, p.52).

De acordo com o PA, esses eixos irão constituir a Política de Acessibilidade da UNIRIO. Todas as ações e metas estabelecidas foram criadas considerando a realidade e demanda da própria instituição. Além das ações que precisam ser realizadas o Plano de Acessibilidade ressalta a importância da discussão e do “olhar para outro”, de forma que as diferenças sejam respeitadas e consideradas nas questões atitudinais entre estudantes, professores, servidores e visitantes.

### Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

<b>Dispositivo legal</b>	<b>Preceito</b>
Deliberação nº 112/12	<i>Dispõe sobre a criação do Núcleo de Inclusão no Ensino Superior (NIES) vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). (UFRRJ, 2012)</i>
Portaria nº 633/GR	Portaria que institui a gestão atual e apresenta os objetivos gerais do NAIRural.

### Quadro 3 – Políticas Institucionais desenvolvidas pela UFRRJ

Fonte: desenvolvida pela autora (2018)

Contemplada em 2006 com os recursos disponibilizados nos editais do Programa Incluir, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro apresenta o projeto “Rural Acessível: uma universidade inclusiva”. Apesar de constar no site do MEC a seguinte informação não conseguimos acessar nenhum tipo de referência ou comentário no site da Rural ou em outros dispositivos sobre o projeto e a utilização dos recursos no ano de 2006.

A partir do Decreto nº 7.611 de 17 de maio de novembro de 2011 que instituía a reestruturação dos Núcleos de Acessibilidade nas IFES, a UFRRJ por meio da Deliberação nº 122/12 implementa o Núcleo de Inclusão no Ensino Superior (NIES) pautado nas diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. De acordo com a deliberação o objetivo geral do Núcleo era de:

Promover ações e atividades que favoreçam o acesso, a permanência e a participação efetiva de alunos com necessidades educacionais especiais nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão na UFRRJ.  
Oferecer suporte pedagógico aos Cursos de graduação da UFRRJ para atender adequadamente as demandas pedagógicas dos alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes acessibilidade por meio de tecnologias assistivas ou ajudas técnicas nas atividades previstas em seu curso. (UFRRJ, 2012, p.5)

Além de promover essas questões, a deliberação expõe os recursos humanos e a infraestrutura necessária para implementar as atividades previstas. O documento aponta que seria necessário um espaço físico para receber os equipamentos e recursos tecnológicos que foram adquiridos pela instituição. Além da infraestrutura é sinalizada a necessidade de “duas estagiárias com carga horária de 20 horas semanais para atuarem no projeto, sobretudo como ledoras e na produção do material em BRAILLE para alunos cegos matriculados na UFRRJ.” (UFRRJ, 2012, p.6).

Ainda com os mesmos preceitos da Deliberação nº 122/12, o Núcleo de Inclusão no Ensino Superior tem a nomenclatura modificada para Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Rural (NAIRural). Segundo a instituição o NAIRural tem as suas ações orientadas pelo Programa Incluir. Em 2016 é aprovada a nova gestão no Núcleo pela Portaria nº 633/GR que mantém os objetivos gerais apresentados anteriormente pela Deliberação nº 122/12.

Atualmente o NAIRural não possui uma Política Institucional e nem um Regimento Interno que direcionam as suas ações. O atendimento aos estudantes com deficiência na instituição é norteado pelas legislações federais existentes que promulgam o acesso, a permanência e a participação e pelas demandas provenientes dos estudantes. De acordo com a Comissão do Núcleo, “Sua atuação considera as especificidades do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015)” (UFRRJ, 2018, p. 4).

Em entrevista ao Rural Semanal a Coordenadora do NAIRural, expõe que: “Desenvolvemos ações que têm tornado a Rural mais acessível e inclusiva, como a aproximação com os alunos, o auxílio acessibilidade e o programa de tutoria” (UFRRJ, 2018, p.4). De acordo com as entrevista a ação que mais sobressai no núcleo, é o auxílio financeiro aos alunos através da parceria com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES). Esta bolsa tem o objetivo de custear os gastos que os estudantes têm ao longo da formação. Um dos estudantes beneficiados com a bolsa, afirma que adquiriu um aparelho eletrônico que transmite o som para o aparelho auditivo do estudante. Na entrevista, a coordenação no núcleo apresenta que atualmente 13 estudantes são beneficiados pela bolsa acessibilidade.

Dos profissionais que atuam no NAIRural, observa-se que “O Núcleo ainda não conta com um quadro de colaboradores, exclusivamente dedicados às questões de inclusão e acessibilidade” (UFRRJ, 2018, p.5). Esse dado muito nos inquieta, pois como fazer um Núcleo de Acessibilidade e Inclusão para estudantes com deficiência, se o quadro de profissionais não possui experiência para lidar com as especificidades desses estudantes? É notório que, apesar dos esforços sinalizados, o núcleo ainda precisa (re)formular suas ações institucionais, seu quadro de profissionais e suas ações para com os estudantes, pois as necessidades destes estão além de bolsas para custeio.

Sobre o fornecimento de informações do Núcleo, Souza (2017) expõe que no site da UFRRJ não possui facilidade na busca das ações e que não existe uma página destinada ao Núcleo que oriente os estudantes a cerca da inclusão. A autora ainda apresenta que “Não há menção de um espaço de atendimento, quais horários de atendimento e quais ações” (SOUZA, 2017, p.32) são realizadas pelo Núcleo.

A mesma dificuldade apresentada pela autora na busca de informações foi manifestada no decorrer desta pesquisa. Entende-se que por ser um Núcleo de Acessibilidade as informações

devem ser acessíveis de modo que os estudantes com deficiência e toda a comunidade acadêmica tenha pleno conhecimento e acesso as atividades e ações elaboradas no Núcleo. “Torna-se necessário, portanto, que o núcleo de acessibilidade saia do entorno do espaço universitário e possa se configurar como parte real da esfera administrativa, com atuação nos espaços decisórios das IFES” (CIANTELLI; LEITE, 2016, p. 426).

## **2.5. Análise de dados e discussões: inclusão nas políticas institucionais.**

Considerando o objetivo do trabalho monográfico, destacamos as análises dos dados obtidos através das Políticas institucionais dos Núcleos de Acessibilidade das IES federais. Desse modo, as observações aqui presentes foram consideradas de acordo com o referencial teórico utilizado ao longo da pesquisa. Nesse sentido, as análises foram estabelecidas, considerando os objetivos de conhecer as políticas institucionais inclusivas destinadas ao público-alvo da Educação Especial nas Universidades públicas federais; e caracterizar a atuação político-pedagógica dos Núcleos de Acessibilidade como espaço de apoio ao acesso e permanência de estudantes público-alvo da Educação Especial (deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) no Ensino Superior público e federal.

O processo de inclusão em educação de pessoas com deficiência implica numa série de transformações no ambiente escolar. Essas mudanças em alguns momentos acabam sendo invisibilizadas ao longo do processo, pois a sociedade ainda está ressignificando suas organizações em relação ao que se difere da norma social. Sobre isto, Costa (2005, p. 25) afirma que:

A sociedade burguesa não sabe conviver com os deficientes ou os significativamente diferentes, conforme afirma Amaral (1992), não admitindo as diferenças, as necessidades específicas, procurando mediante mecanismos excludentes e discriminatórios, como o assistencialismo e o paternalismo, manter a homogeneidade humana e social por meio da institucionalização desses indivíduos.

Esse processo ainda é presenciado no que tange a política institucional. Quando a instituição não cria mecanismos para amparar política e socialmente a permanência desse estudante em seu espaço. Para contrapor essa realidade apresentaremos de que forma está expresso nas políticas institucionais o processo de inclusão em educação de pessoas com deficiência.

Diante do processo histórico de inclusão no Ensino Superior, o processo de criação e implementação de políticas institucionais voltadas à inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior toma proporção a partir da constituição do Programa Incluir em 2005. Deste período até o momento atual observamos através do mapeamento de políticas institucionais que as universidades tem se organizado com relação a este processo. Moreira (2008, p. 12) destaca que:

[...] uma universidade na perspectiva inclusiva não aparece de um momento para o outro. Não surge por um decreto nem se configura por meio de uma gestão administrativa. Pelo contrário, desenvolve-se ao longo de um processo de mudança que vai eliminando barreiras de toda a ordem, desconstruindo preconceitos e concepções segregadoras e excludentes que, muitas vezes camufladas pelo silêncio, parecem não existir.

Essa realidade é comum as 4 IES federais, o que as coloca no desafio de imediatizar as discussões e concretizá-las a fim de não só cumprir as determinações dos dispositivos legais, mas de considerar estes indivíduos que estão em seus espaços. Desse modo uma política institucional voltada ao processo de inclusão de pessoas com deficiência deve compreender que sem a equiparação de oportunidades o processo de constituição da autonomia desse indivíduo não pode ser concretizado. Essa perspectiva demonstra o caráter social que a universidade assume, pois

É inegável o papel social da universidade e seu compromisso de não ser indiferente à diferença e a todos os caminhos que busquem um processo educacional mais junto e democrático. Este compromisso é também um resgate histórico, uma dívida pública que deve ser assumido conjuntamente com o sistema e as políticas educacionais. (MOREIRA, 2005, p.4)

Sabe-se que para abranger todas as necessidades específicas ainda há um longo caminho a se percorrer, entretanto, não podemos ignorar “a desestabilização do instituído e o reconhecimento de que nossa sociedade é matizada pela diversidade, pela diferença e que o ser humano é pluralidade e não uniformidade” (MOREIRA, 2008, p.12).

Para analisar de forma sintetizada e explicitada iremos considerar os eixos do Programa Incluir para identificar a especificidade das Políticas institucionais desenvolvidas pelas IES federais analisadas. Os eixos considerados serão de: infra-estrutura; currículo, comunicação e informação; programas de extensão e programas de pesquisa. Nesta etapa de análise das políticas institucionais tomamos como base a Política Institucional de Acessibilidade da UFF de 2017, a Portaria nº 9168 de 2016 que normatiza o Regimento utilizado pela atual Diretoria de Acessibilidade – DIRAC da UFRJ e o Plano de Acessibilidade de 2017 da UNIRIO.

Com relação à UFRRJ, por não apresentar uma política institucional voltada à inclusão dos estudantes com deficiência a análise será realizada pelas informações encontradas no processo de pesquisa. De acordo com o Relatório de Gestão da UFRRJ em 2016, é apresentado as ações do NaiRural neste período. Como apresentado anteriormente, o NaiRural elaborou um mapeamento para identificar as demandas dos estudantes com deficiência na instituição a fim de elaborar uma política institucional de inclusão (figura 9).

O Relatório de Gestão apresenta alguns resultados que foram obtidos através desse mapeamento. De acordo com o Relatório, o formulário obteve 20 respostas, desse quantitativo 14 estudantes se autodeclararam como pessoa com deficiência (PcD) ou necessidade educativa especial (NEE), 6 são de estudantes não deficientes, mas que sinalizaram a precariedade na mobilidade interna no *campus* de Seropédica. Dos estudantes que se declararam PcD e NEE, 4 possuem deficiência física ou redução de mobilidade, 3 estudantes com necessidade de apoio psicopedagógico, 2 com deficiência intelectual, 2 com cegueira, 1 com baixa visão e 1 canhoto. O Relatório também apresenta que o regimento do NaiRural ainda está em construção.

A atividade desenvolvida pelo núcleo de acordo com o Relatório é o projeto de “Tutoria e apoio aos acadêmicos com necessidades educativas especiais e pessoa com deficiência” (UFRRJ, 2016, p. 81) o projeto conta com 4 bolsistas, 3 em no *campus* de Seropédica e 1 no *campus* de Nova Iguaçu. Nesse projeto 5 estudantes solicitaram o apoio. Dentre eles:

(4) atendimentos de mobilidade reduzida [(2) no curso de Matemática – Seropédica, (1) no curso de Física – Seropédica e (1) no curso de Direito/ICHS/IM; 1 aluno com cegueira no curso de História (ICHS); 1 aluno com baixa visão no curso de Geologia – Seropédica. (UFRRJ, 2016, p. 81)

O Relatório de Gestão de 2017 destaca que uma das ações do NaiRural foi a concessão de auxílios acessibilidade junto a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis aos estudantes com deficiência. Neste edital foram disponibilizados 15 auxílios com o intuito de assistir os estudantes no processo de permanência. No período de 2017.1 9 estudantes foram contemplados, em 2017.1 permaneceram 7 estudantes, dois deixaram de renovar a bolsa. No final de 2017.2 houve um novo processo no qual 3 estudantes foram contemplados em 2018.1 (UFRRJ, 2016). O Relatório não aponta quantos estudantes estão recebendo o auxílio atualmente.



Um dos impedimentos destacados pelo Relatório de 2016 é a falta de espaço físico para atender as necessidades do Núcleo. Os atendimentos eram realizados na coordenação do curso de Letras, no *campus* de Nova Iguaçu o núcleo dividia o espaço com o Laboratório Multidisciplinar de Ensino, que recebia atividades do PIBID dos cursos de Geografia e Matemática. Atualmente no *campus* de Nova Iguaçu foi disponibilizada uma sala para núcleo no prédio de Pós-Graduação. No *campus* de Seropédica o núcleo ainda não possui um espaço físico para realizar o atendimento didático-pedagógico dos estudantes.

Pelas informações adquiridas nos documentos institucionais da UFRRJ, percebemos que o NaiRural, ainda está em processo de sistematização como Núcleo de Acessibilidade, atualmente o que é desenvolvido são ações inclusivas que visam auxiliar o estudante no processo de permanência, como o Bolsa Acessibilidade e o Projeto de Tutoria. Como previsto no Programa Incluir, os Núcleos possuem autonomia para desenvolver projetos e ações, porém como Núcleo de Acessibilidade é previsto que haja inclusão nos eixos de infra-estrutura; currículo, comunicação e informação; programas de extensão e programas de pesquisa. Entretanto, o NaiRural, focaliza as suas ações em programas de extensão e auxílio permanência. É importante salientar que não estamos desconsiderando as ações realizadas, mas o que se propõe é que sejam ampliadas as ações, e principalmente que haja uma Política Institucional a fim de normatizar e orientar as ações no espaço acadêmico.

No eixo de *infra-estrutura* a Política Institucional da UFF dispõe que pretende:

Art.3

IV- permitir que as pessoas com deficiência tenham acesso aos ambientes, serviços e recursos materiais disponíveis na instituição, eliminando barreiras, físicas e arquitetônicas, com base no conceito de Desenho Universal, e priorizando soluções passivas, inclusivas e sustentáveis que respeitem a integridade do Patrimônio Histórico Arquitetônico da UFF, quando for o caso; (UFF, 2017, p.3)

A acessibilidade arquitetônica se configura com um dos maiores impedimentos para o pleno acesso e participação dos estudantes com deficiência nos espaços da instituição, pois o espaço físico em alguns momentos não é criado a atender essas demandas. É importante ressaltar que a UFF foi fundada em 1960 com sua sede em Niterói, nesse período a discussão sobre a adequação dos espaços para pessoas com deficiência não tinha amplitude. A realidade da UFF atualmente é diversa. A instituição possui no Município de Niterói (sede) três *campi*: *campus* do Gragoatá,

*campus* da Praia Vermelha e *campus* do Valonguinho; possui sete unidades de ensino isoladas: Faculdade de Direito, Faculdade de Enfermagem, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Veterinária, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Biomédico e outra Faculdade de Direito em Ingá (Niterói); e dois hospitais universitários: Hospital Universitário Antônio Pedro que tem em anexo a Faculdade de Medicina e o Hospital Universitário de Medicina Veterinária.

Além dos espaços distribuídos em Niterói a UFF possui unidades nos municípios de Angra dos Reis, Campus dos Goytacazes, Itaperuna, Macaé, Miracema, Nova Friburgo, Petrópolis, Rio das Ostras, Santo Antônio de Pádua, Volta Redonda, Iguaba Grande (núcleo experimental), Chachoeiras de Macacu (fazenda-escola) e Oriximiná, PA (unidade avançada). Devido à ampliação das unidades a UFF por intermédio da Política institucional tem o desafio de concretizar as ações de acessibilidade em todos os campi. Outro fator que surge nesse contexto é o tombamento de bens históricos, alguns prédios da instituição possuem significado histórico e cultural, porém a Lei nº 10.098/2000 que dispõe sobre a promoção da acessibilidade as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, expõe em seu art. 25 que: “As disposições desta Lei aplicam-se aos edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico, desde que as modificações necessárias observem as normas específicas reguladoras destes bens”. Mesmo com a especificidade de um monumento histórico e cultural preservado, o local deve atender as necessidades de pessoas com deficiência.

Sobre este eixo a política institucional da **UFRJ** propõe:

Art. 2

VI- identificar as necessidades de formação ou qualificação de recursos físicos e humanos, sugerindo e propondo a aquisição e adaptação de mobiliários e material didático-pedagógico adaptados, de acordo com a legislação vigente

XI- fortalecer a garantia do acesso, bem-estar, conforto, aprendizado, livre circulação e permanência das pessoas com deficiência nas dependências da UFRJ. (UFRJ, 2016, p.2)

Dentre as medidas de acessibilidade a UFRJ além de apresentar a adequação dos espaços demonstra a importância da aquisição de mobiliários e materiais didático-pedagógicos adaptados. Além de ter livre acesso ao espaço físico, o estudante com deficiência precisa encontrar meios que possam assistir as suas necessidades.

No que se refere à realidade da **UNIRIO**, o Plano de Acessibilidade da instituição se divide em oito eixos que se propõem atender as necessidades dos estudantes com deficiência. No eixo 2 denominado “Infraestrutura acessível” é objetivo da política institucional

Elaborar um programa de construção, reformas e/ou adaptações, manutenção das instalações e equipamentos da UNIRIO, conforme os princípios do desenho universal, buscando a eliminação das barreiras arquitetônicas Assim como realizar ações que minimizem essas barreiras até que sejam eliminadas; construir rotas acessíveis nas Unidades Administrativas da UNIRIO; reservar e sinalizar vagas de estacionamento da UFG, próximas aos acessos de circulação de pedestres para veículos que transportam pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. (UNIRIO, 2017, p.53).

Assim como a UFF, a UNIRIO possui prédios antigos e alguns desses foram tomados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) o que ocasiona certa dificuldade para concretizar a acessibilidade física, porém neste plano, a UNIRIO considera que independente das barreiras físicas existentes a instituição compreende que “acessibilidade é uma questão de atitude e respeito às diferenças, logo é necessário estar atento para não criar barreiras que atrapalhem o cotidiano das pessoas com deficiência (UNIRIO, 2017, p.49)

Com relação ao eixo de *currículo, comunicação e informação*, a Política institucional da **UFF**, expõe como objetivo:

#### Art.3

II- incorporar transversalmente os conceitos e princípios da acessibilidade em todas as ações projetos, processos de trabalho e aquisições realizados na UFF, para atendimento das demandas internas e da sociedade;

III- implementar e divulgar ações continuadas realizadas pela UFF para promover a acessibilidade e a inclusão social das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas, de forma a lhes permitir o pleno exercício da cidadania no âmbito da UFF;

V- facilitar o acesso das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas aos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, buscando eliminar barreiras tecnológicas e de comunicação, promovendo a percepção, capacidade de operação e compreensão daqueles meios;

VI- promover capacitação de servidores, para que possam conhecer e adotar novas práticas e tecnologias, a fim de garantir o atendimento adequado às pessoas com deficiência e necessidades diferenciadas;

VII- realizar ações de sensibilização do corpo acadêmico e funcional, difundindo uma cultura de inclusão na universidade e contribuindo para eliminar o preconceito, a discriminação e outras barreiras atitudinais.

VIII- incentivar a participação de pessoas com e sem deficiência no planejamento, execução e avaliação de ações inclusivas na UFF;

IX- avaliar periodicamente o desempenho das ações inclusivas implementadas na UFF, adotando, se necessário, as medidas preventivas e corretas cabíveis;

X- contribuir com o acesso das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas a vagas nos concursos públicos da universidade, bem como sua permanência na UFF, promovendo uma política de boa convivência que favoreça a integração e a formação de cidadãos plenos;

XIV- orientar e apoiar os colegiados dos cursos e programas na adequação curricular para atender as especificidades das pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas. (UFF, 2017, p.4)

A política institucional da **UFRJ** dispõe nesses eixos:

Art.2

I- assessorar a Administração Central da UFRJ, objetivando a análise, o encaminhamento e o acompanhamento de questões referentes aos programas e aos projetos de acessibilidade;

II- participar das Câmaras objetivando a formulação de políticas e diretrizes básicas para o norteamto das ações de acessibilidade da universidade;

III- manter interlocução permanente com as unidades acadêmicas, administrativas e de representação estudantil, docente e técnico-administrativa em educação;

V- discutir e propor ações que orientem a consolidação de uma política institucional; em acessibilidade na perspectiva de tornar a UFRJ uma universidade acessível;

VII- elaborar e aprovar plano de ação anual

VIII- orientar a Administração Central quanto aos imperativos relativos à acessibilidade e inclusão na UFRJ, de acordo com a legislação vigente;

IX- auxiliar a Reitoria em estudos e construção de propostas no que tange a participação em editais e parcerias de projetos;

X- monitorar as ações da Reitoria, visando contribuir para sua melhor execução. (UFRJ, 2016, p. 2)

Dos eixos apresentados na política da **UNIRIO**, no que se refere ao currículo, comunicação e informação à instituição deve:

Garantir acessibilidade pedagógica e curricular dos discentes, docentes e técnico-administrativos com necessidades especiais nas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da Universidade; garantir a acessibilidade informacional; melhorar a acessibilidade aos sítios da UNIRIO; garantir a Acessibilidade Comunicacional dos discentes, docentes e técnico-administrativos com necessidades especiais nas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da Universidade; e aperfeiçoar os sistemas de caracterização das pessoas com deficiência. (UNIRIO, 2017, p.55)

Dentro desta perspectiva exposta nas Políticas, há uma preocupação em ampliar o acesso, a comunicação e fornecer recursos para assessorar os estudantes com deficiência. Um dos maiores impedimentos para a realização do processo de inclusão é a questão atitudinal, a instituição pode fornecer todos os aparatos físicos, materiais, didáticos, etc., mas se o posicionamento das pessoas que a constituem não for voltado à sensibilização de nada adiantará o processo de inclusão. Nesse sentido a política busca promover uma cultura de inclusão a fim de excluir o preconceito.

Essas medidas são realizadas por que na sociedade a adaptação e a segregação ainda permanecem na conjuntura social de forma que o diferente seja negado. Para Adorno (1995, p. 144) “[...] a realidade se tornou tão poderosa que se impõe desde o início aos homens –, de forma que este processo de adaptação seria realizado hoje de um modo automático”. Para contrapor essa realidade a educação se manifesta como resistência aos processos de discriminação.

Com relação aos currículos, é no processo de formação que o indivíduo tem a possibilidade de conhecer novas possibilidades a fim de contribuir no desenvolvimento de sua prática. Moreira (2008, p. 13) expõe “a importância de rever nos cursos de formação ações que promovam a inclusão educacional, visto que ela é imprescindível para que os futuros professores estejam preparados para lidar com a diversidade e, portanto com todos os estudantes.

No eixo de *programas de extensão* a política da **UFF** irá:

#### Art.3

XI- estabelecer parcerias com outras instituições, sobretudo entes governamentais, para promover a cooperação técnica e o intercâmbio de conhecimentos e experiências, bem como:

- a) disseminar e compartilhar as melhores práticas em acessibilidade;
- b) estimular e apoiar a implementação de ações voltadas à acessibilidade e a inclusão social de pessoas com deficiência ou necessidades diferenciadas; e

c) acompanhar e propor o desenvolvimento de tecnologias e normas referentes à acessibilidade. (UFF, 2017, p. 5)

No que se refere a programas de extensão a **UFRJ** resolve:

Art.2

IV- propor e participar de eventos, no âmbito da UFRJ e em parceria com entidades, universidades locais, regionais e outras, como estratégia para o alcance dos objetivos propostos, em articulação coma Reitoria;

XIII- participar de redes e/ou fóruns nacionais e internacionais voltados para a temática. (UFRJ, 2016, p.2)

A **UNIRIO** neste eixo preconiza:

Implantar e implementar um programa de comunicação com a comunidade universitária para sensibilização e reconhecimento dos valores sociais da convivência na diversidade e do ambiente acessível a “todos”; e realizar eventos sobre acessibilidade no ensino superior e/ou eventos acessíveis às pessoas com necessidades especiais (UNIRIO, 2017, p.59)

A UFF destaca a importância de estabelecer parcerias a fim de contribuir no processo de inclusão. Esse posicionamento possibilita a identificação de aspectos que a instituição precisa aperfeiçoar, além disso, auxilia no desenvolvimento de ações e estratégias que visam o suporte aos estudantes com deficiência. Essas medidas demonstram que “a inclusão social e educacional é uma construção coletiva” (MOREIRA, 2008, p.16).

No eixo de *programas de Pesquisa* é objetivo na política institucional da **UFF**:

Art. 3

XIII- articular junto com as Pró-Reitorias de Graduação, de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e de Extensão e as unidades de ensino da UFF, a formação de profissionais especializados em educação especial, o apoio ao desenvolvimento de projetos, pesquisas e trabalhos acadêmicos nessa área. (UFF, 2017, p. 5)

Neste eixo a política institucional da **UFRJ** não detalha sobre o desenvolvimento de pesquisas sobre a temática de deficiência ou inclusão, o documento apresenta que irá:

Art. 1

VI- fomentar iniciativas voltadas para o fortalecimento da articulação entre ensino, a extensão e a pesquisa dentro da temática. (UFRJ, 2016, p. 2)

Na Política Institucional da **UNIRIO** no que se refere à pesquisa é objetivo “desenvolver cursos sobre temas da acessibilidade e/ou a eles relacionados para discentes e servidores da Instituição” (UNIRIO, 2017, p.58). Neste eixo a instituição mantém o seu foco na formação dos indivíduos que ocupam este espaço. É importante evidenciar que este processo de formação contribui para a questão atitudinal, pois é através do conhecimento que o preconceito é desconstruído.

A pesquisa e a produção de trabalhos possibilitam a ampliação da discussão sobre deficiência, inclusão, preconceito e exclusão/segregação desses indivíduos. Atualmente o olhar para o debate em questão tem tomado grandes proporções no âmbito acadêmico. A partir dessas produções a prática, seja ela na esfera da Educação Básica ou Superior tem influenciado positivamente no processo de inclusão. Essa produção de conhecimento em geral tem sido desenvolvida nas universidades, com o intuito de gerar ciência sendo orientado pela construção do saber (COSTA, 2005)

Sobre essa questão Costa (2005, p. 58) afirma que:

Ao se tratar da produção de conhecimento, uma das questões criticadas da área da educação de deficientes, apontada por Nunes F., tem sido a subutilização dos resultados de pesquisa que efetivamente trazem respostas importantes e necessárias aos problemas pedagógicos apresentados no cotidiano escolar.

Apesar da crescente produção de trabalhos e pesquisas, o resultado voltado à aplicação prática ainda é colocado como desafio a ser alcançado. Moreira (2018, p. 17) complementa que “[...] já possuímos trabalhos desenvolvidos em programas de pós-graduação que tem colaborado para uma reflexão importante acerca do papel da universidade na inclusão”. A utilização parcial desses resultados influencia diretamente ao que se institui no cotidiano. Sabe-se que essas instituições estão pautadas na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, esses pilares são fundamentais, pois essa articulação deve propiciar mudanças significativas na formação acadêmica, social e cultural dos indivíduos que compõe a universidade.

Diante dessa realidade, a política institucional possibilita para o Núcleo de Acessibilidade e também para instituição caminhos que de fato efetuem o processo de inclusão aos estudantes público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior.

Nessa direção, Moreira (2005, p. 4) também afirma que:

Diante dessas incompletudes, é preciso considerar que a universidade pública hoje não pode ser tomada como a única responsável pela inclusão, mas como parte integrante da implementação de políticas públicas que garantam apoio financeiro às ações e iniciativas nesse contexto. Paralelamente a essa situação, essas instituições precisam estar cientes da importância de expor às instâncias governamentais as limitações que enfrentam e de apontar encaminhamentos que devem ser tomados para que haja a garantia do acesso, ingresso e permanência desses estudantes, pois como contam com profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, que podem contribuir com ensino, pesquisa e extensão nas áreas das necessidades educacionais especiais.

A partir dessas contribuições, o atual panorama nos leva a compreender que o processo de inclusão de pessoas com deficiência ainda enfrenta grandes barreiras e percalços, hoje o que se configura é a busca pela equiparação de direitos que proporciona a estes indivíduos plena participação na sociedade. Nessa direção a implementação de políticas – públicas ou institucionais – se efetiva como um amplo instrumento para orientar as manifestações que ocorrem na prática. Atrelado a política, o processo de reflexão proporciona ao indivíduo uma capacidade que o faz modificar a realidade que o oprime.



*“[...] a universidade não pode se furtar de reagir  
diante da indiferença da desigualdade, dos  
padrões e rótulos que tradicionalmente  
classificaram diferença e inferioridade  
como sinônimos.”*

***Laura Ceretta Moreira***

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou como se configura a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior, demonstrando a trajetória trilhada por esses estudantes desde a Educação Básica até esta modalidade. A pesquisa foi direcionada as Instituições Federais de Ensino Superior do Rio de Janeiro – UFF, UFRJ, UNIRIO e UFRRJ – na tentativa de compreender as Políticas Institucionais dos Núcleos de Acessibilidade.

A partir da discussão apresentada, retornamos as questões de estudo que caracterizam o processo de inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior através dos Núcleos de Acessibilidade das IES federais do Estado do Rio de Janeiro, compreendendo o impacto das Políticas Públicas e das Políticas Institucionais nas ações inclusivas nestes espaços.

- Com relação às Políticas Públicas de Educação Especial voltadas ao Ensino Superior, os dispositivos legais foram essenciais para modificar o quadro da exclusão, pois o Ensino Superior em sua totalidade sempre se direcionou as camadas mais privilegiadas da nossa sociedade (SANTOS, 2013). Apesar de em sua maioria os dispositivos legais serem voltados a Educação Básica, recentemente foram aprovados a ampliação do Programa Incluir em 2012, a Lei nº 13.146 de 2015 o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 sobre a reserva de vagas, e entre outros. É com a provação desses aparatos legais que o quantitativo de pessoas com deficiência no ensino superior tem aumentando significativamente e a partir deste aumento ações devem ser estabelecidas.

A partir da implementação de Políticas Públicas o processo de inclusão de estudantes com deficiência tem caracterizado uma mudança no perfil e nas ações que se realizam neste espaço. Com o surgimento dessas políticas as universidades começaram a ser organizar a fim de incluir pessoas com deficiência em seus espaços (MOREIRA, 2005), esse processo de inclusão se direcionou inicialmente ao ingresso e posteriormente a permanência. Segundo Moreira (2005, p. 3),

Apesar de o ingresso do aluno com necessidades educacionais especiais na universidade representar um avanço, ainda há muito trabalho a ser feito para que se concretize a inclusão plena [...] Ora, ao se tomar a inclusão educacional como um direito legítimo, supõe-se o direito de todos e de cada um, ser parte integrante desse processo de forma irrestrita.

O grande desafio enfrentado nas realidades das universidades é concretizar o que é previsto nos dispositivos legais. Se o processo de inclusão é considerado como um direito do estudante, a universidade como espaço de saber e convivência democrática deve encontrar meios para garantir que essa necessidade seja contemplada. Por isso, se faz necessário refletir sobre este espaço a fim de compreender que limites e possibilidades estão sendo impostos no processo de inclusão.

- Com relação ao processo histórico de criação dos Núcleos de Acessibilidade, as IES federais começam a se organizar a partir da efetivação do Programa Incluir que previa a criação ou a reestruturação dos Núcleos de Acessibilidade. Nesse período de 2005 a 2011, somente algumas universidades participaram do Programa Incluir que era disponibilizado através de editais concorrenciais, no Estado do Rio Janeiro, neste período participaram a UFRJ e a UFRRJ em 2006; em 2017, a UFF e a UFRJ. Com a universalização do Programa Incluir as IES que já participavam deram continuidade e as que não participaram anteriormente criaram seus Núcleos de Acessibilidade. Deve-se ressaltar que das quatro IES do Estado do Rio, todas tem o seu processo de criação/reestruturação recente.

Pelas análises das Políticas Institucionais nos Núcleos de Acessibilidade podemos compreender mais a fundo como se configura o processo de inclusão nesses espaços. Sabemos que

por si a política não garante a prática da inclusão, mas compreendemos que esta se configura como fomento para as ações dos Núcleos de Acessibilidade.

O grande desafio que está sendo posto neste momento é: a legislação existe, mas será que de fato as ações dos núcleos estão sendo efetivadas? Pela discussão realizada ao longo do texto presenciamos que os Núcleos possuem uma atuação mais ativa a partir do momento em que o Programa Incluir é ampliado no ano de 2012. Observamos que mesmo com essa atuação mais ativa, alguns problemas ainda persistem, entre eles estão: a verba insuficiente, que impede a instituição de investir diretamente nas ações de acessibilidade, a precariedade na identificação dos estudantes público-alvo da Educação Especial, a falta de ampliação dos projetos e discussões realizadas nos núcleos para a comunidade acadêmica, a desconstrução do preconceito em relação à deficiência e a falta de um aprofundamento maior no desenvolvimento de políticas institucionais que impactam diretamente a ação do núcleo e a permanência do estudante com deficiência nas IFES.

Esse panorama evidencia que a inclusão ainda é recente nesses espaços, Moreira (2005, p.5) salienta que a universidade deve adquirir “amadurecimento e consciência da sua responsabilidade social e educacional. Sendo assim, o que não pode ocorrer nessas instituições é o descaso e a complacência diante de qualquer forma de exclusão, velada ou não”.

- No que se refere à estruturação das Políticas Institucionais, a UFRJ, a UFF e a UNIRIO, possuem uma política institucional que direciona as ações inclusivas nos Núcleos de Acessibilidade. A UFRRJ atualmente não possui uma política institucional, suas ações são direcionadas por legislações externas.

No desenvolvimento da pesquisa, a coleta de dados constituiu-se num processo minucioso, pois a busca de informações sobre as ações de acessibilidade de pessoas com deficiência ainda precisa ser ampliada. Por intermédio de mensagens eletrônicas com os profissionais que atuam nesses espaços, tivemos o acesso às informações apresentadas. Das quatro IFES citadas, a UFF apresenta em seu acervo digital diversas informações sobre a atuação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – SENSIBILIZA UFF, com relação aos documentos institucionais próprios do núcleo, a comunidade possui o livre acesso para consultar o que será desenvolvido neste

espaço. Com relação a UFRJ, o seu Núcleo denominado Diretoria de Acessibilidade (DIRAC), foi aprovado e instituído recentemente, por isto, algumas informações ainda não foram amplamente divulgadas, porém em contato com a Comissão responsável pela Diretoria, tivemos o acesso a Portaria que institui e aponta as ações.

Na UNIRIO, o processo foi realizado totalmente pelas informações encontradas no site da instituição. É importante salientar que foram realizadas algumas tentativas para encontrar a “pessoa” ou comissão responsável pelas ações de acessibilidade, através de ligações telefônicas. Nessas tentativas fomos informados de que essas informações são interligadas a Reitoria, porém não conseguimos estabelecer contato com os mesmos.

Por fazer parte da comunidade acadêmica da UFRRJ, pressupomos que a coleta de informações seria realizada de maneira acessível, porém neste processo nos deparamos com diversos obstáculos. Como foi informado anteriormente, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Rural – NAIRural – não possui um espaço físico, por conta da falta de salas para alocar alguns laboratórios de estudos e até o próprio núcleo. Com relação à divulgação, quando indagamos a alguns técnicos do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS e do Instituto de Educação – IE da UFRRJ, em sua maioria, esses revelaram que, desconheciam e não sabiam do que se tratava o Núcleo de Acessibilidade. Além dessas questões, foram encontradas dificuldades sobre as informações do núcleo nos canais eletrônicos na Universidade, é importante ressaltar que esta dificuldade também foi sinalizada em outras pesquisas.

- No que se refere às ações institucionais, a realidade das IFES no Rio de Janeiro atualmente se direciona a manifestação prática orientada por políticas que buscam compreender as demandas dos estudantes. Das quatro universidades analisadas, três – UFF, UFRJ e UNIRIO – demonstram que se faz necessário a reestruturação/criação de uma política que conheça e reconheça as especificidades desses estudantes de forma que as barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais sejam quebradas em seus espaços. Por estar inserida na instituição, a análise das políticas da UFRRJ, se configurou também pelos movimentos instituintes. Apesar de apresentar um Núcleo de Acessibilidade a UFRRJ em comparação as demais IFES ainda tem o seu processo orientado por legislações externas, o que estamos pontuando nesse momento não é a negação dos dispositivos legais externos, mas a compreensão de que a Universidade deve produzir as suas próprias significações reconhecendo as suas limitações

e direcionando suas ações a vencer os obstáculos que são enfrentados nesse processo de inclusão dos estudantes com deficiência.

Ainda que algumas dificuldades sejam sinalizadas neste panorama, não podemos negar que a instituição dos Núcleos de Acessibilidade na IFES configura-se como um grande passo no processo de inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior. O que precisa ser realizado para a realidade de exclusão e segregação seja alterada, é a garantia de que todas as metas e projetos apresentados pelos núcleos sejam concretizados. Sabemos que as Políticas Institucionais necessitam de avanços, entretanto, precisa-se por em prática aquilo que já está instituído.

Levando em consideração esses aspectos, espera-se que essas Políticas Institucionais considerem as demandas emergentes dos espaços acadêmicos, pois além de receberem orientações por intermédio das legislações, há aporte financeiro para o processo inclusivo dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução, Marcus Penchel. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999

BRASIL. **Decreto 3.956, 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm). Acesso em 16/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em 12/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.098, 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm). Acesso em 16/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em 18/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Presidência da República. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 29.12.2016. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm). Acesso em 12/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília - Janeiro de 2008

\_\_\_\_\_. **Programa Incluir,** 2013 Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12731-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category\\_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12731-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em 06/03/2018.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. **Ações exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, Jul. – Set, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v22n3/1413-6538-rbee-22-03-0413.pdf>. Acesso em 14/08/2018.

COSTA, Valdelúcia Alves da. **Os processos de inclusão de alunos com necessidades especiais: políticas e sistemas.** Rio de Janeiro: UNIRIO/ CEAD, 2007.

\_\_\_\_\_. **Formação e Teoria Crítica da Escola da Frankfurt: trabalho, educação, indivíduo com deficiência.** Niterói: EdUFF, 2005.

DAMASCENO, Allan Rocha. **Tessituras histórico-políticas da inclusão de estudantes com necessidades especiais: da Educação Especial à Educação Inclusiva.** In: COSTA, Valdelúcia; CARVALHO, Marisa Walld; MIRANDA, Therezinha e DAMASCENO, Allan... (Org.). Políticas públicas e produção do conhecimento em Educação Inclusiva. 1ª ed. Niterói: Intertexto, 2011, v.1, p.107-134.

\_\_\_\_\_. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva e o Público-Alvo da Educação Especial no Ensino Superior: Desafios e Perspectivas.** Projeto PIBIC, UFRRJ. Seropédica, 2018.

DIAS, Roseane Celeste. **Inclusão em Educação: Fontes entre a Política institucional e os movimentos instituintes do atendimento educacional de estudantes público-alvo da educação especial da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado). - Seropédica: UFRRJ, 2015.

FLECK, Amaro. **Resignação? Práxis e Política na Teoria Crítica Tardia de Theodor W. Kriterion.** Belo Horizonte, nº 138, Setembro/Dezembro./ 2017, p. 467-490. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-512X2017000300467&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-512X2017000300467&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 10/01/2019.

GAVA, F. G.; ROCHA, M. T. L. G.; GARCIA, V. F. **Pesquisa Colaborativa em Educação**. Ensaios Pedagógicos. (Sorocaba), vol. 2, n. 1, jan./abr. 2018, p.73-80. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwjSm9Lx18jhAhWjIbkGHTqMALkQFjAAegQIARAC&url=http%3A%2F%2Fwww.ensaiospedagogicos.ufufsc.br%2Findex.php%2FENP%2Farticle%2Fdownload%2F61%2F90&usg=AOvVaw0c1TKhGysr2DpJZJc9KW32>. Acesso em 02/04/2019.

GENTILLI, Pablo. **O que há de novo nas formas de exclusão na educação? Neoliberalismo, trabalho e educação**. *Educação e Realidade*, 20(1), 191-202, jan./jun. 1995. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71754>. Acesso em 20/07/2018.

GLAT, Rosana. BLANCO, Leila de Macedo Varela. **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva**. In: GLAT, Rosana (org.). *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. - Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

INEP. **Censo Escolar 2017 Notas Estatísticas**. INEP. Brasília – DF. Janeiro de 2018. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2018/notas\\_estatisticas\\_Censo\\_Escolar\\_2017.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf). Acesso em 23/07/2018.

INEP. **Censo da Educação Superior 2016**. Brasília – DF. 31 de Agosto de 2017. Disponível em: [https://abmes.org.br/arquivos/documentos/apresentacao\\_censo\\_educacao\\_superior.pdf](https://abmes.org.br/arquivos/documentos/apresentacao_censo_educacao_superior.pdf). Acesso em 25/07/2018.

LEHER, Roberto. **Para reabrir debate sobre o papel da Universidade.**, 15 de maio de 2015. Entrevista Entrevista a Pedro Almeida Ferreira e Raquel Varela, na Revista Rubra. Outras Mídias. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/para-reabrir-debate-sobre-o-papel-da-universidade/>. Acesso em 08/08/2018.



LUCAS, Luiz Carlos Gonçalves; LEHER, Roberto. **Aonde vai a educação pública brasileira?** Educação e Sociedade, ano XXII, nº 77, Dezembro, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7053>. Acesso em 08/08/2018.

MOREIRA, L. C.. **Políticas inclusivas no ensino superior: da implantação à concretização**. In: PIECZKOWSKI, T. M. Z.; NAUJORKS, M. I. (Org.). Educação, Inclusão e Acessibilidade. 01. ed. Chapecó: Argos, 2014, v. 01, p. 103-128.

\_\_\_\_\_. **Acesso e permanência de pessoas com necessidades especiais no Ensino Superior**. Entrevista cedida à jornalista Maria José Baldessar. PONTO DE VISTA, Florianópolis, n. 10, p. 11 – 17, 2008.

\_\_\_\_\_. **In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades especiais em questão**. Revista do Centro de Educação. ed. 2005 – Nº 25

MOREIRA, S. C. P. **Inclusão de Alunos com deficiência no Ensino Superior: Uma análise da Região Sudeste**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de A **Inserção do Brasil no Capitalismo Monopolista Mundial**. In: ROSS, Jurandyr L. S. (org.). *Geografia do Brasil* – 6. ed., 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. - 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Monica dos. **Culturas políticas e práticas de inclusão na administração pública: contribuições a partir de uma Escola de Governo**. Dissertação (Mestrado em Educação). – Rio de Janeiro, UFRJ, 2017.

SANTOS, Mônica Pereira dos. **Inclusão, diversidade e desigualdade no ensino superior**. In: SANTOS, Mônica Pereira dos. SILVA, Ana Patrícia da. FONSECA, Michele Pereira S. da. *Universidade e Participação: reflexões*. - Petrópolis, Rj: De Petrus Alii; Rio de Janeiro: LaPEAD, 2013.

\_\_\_\_\_. **O papel do Ensino Superior na proposta de uma Educação Inclusiva.** *Revista Movimento*. – Revista da Faculdade de Educação da UFF – no. 7, Maio de 2003 – pp. 78-91. Disponível em: <http://www.lapeade.com.br/publicacoes/artigos/Paper%20UFF.pdf>. Acesso em 19/07/2018.

SOUZA, Adelzita V. P. de. **Coletivo de Pessoas com Necessidades Educativas Específicas na UFRJ: Narrativas emancipatórias.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). - Seropédica: UFRRJ, 2017.

SOUZA, Í. M. G.; COHEN. R.; CARREIRA. P. L..C.; DIAS. A. F. S.; HOUZEL. JC. **A inclusão no Ensino Superior: implantação de políticas de acessibilidade na Universidade Federal do Rio de Janeiro.** s.d. Disponível em [https://acessibilidade.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/04/SouzaCohenCarreiraDiasHouzel2016CINTEDI\\_InclusaoEnsinInclusaoEnsinoSuperiorImplantacaoPolitic.pdf](https://acessibilidade.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/04/SouzaCohenCarreiraDiasHouzel2016CINTEDI_InclusaoEnsinInclusaoEnsinoSuperiorImplantacaoPolitic.pdf). Acesso em 12/03/2018.

UFF. **Resolução nº341 de 1 de outubro de 2008.** Aprovação do Regimento Interno do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão SENSIBILIZA UFF. Disponível em <http://www.conselhos.uff.br/cep/resolucoes/2008/341-2008.pdf>. Acesso em 07/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Divisão de Acessibilidade e Inclusão Sensibiliza UFF,** 2016. Disponível em <http://www.uff.br/?q=setor/divisao-de-acessibilidade-e-inclusao-sensibiliza-uff>. Acesso em 13/09/2018.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 494 de 8 de abril de 2009.** Dispõe sobre a mudança do nome de Núcleo Ensino, Pesquisa e Extensão Sensibiliza UFF – NEPES para Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza/UFF – NAIS UFF. Disponível em <http://www.noticias.uff.br/bs/2010/05/068-2010.pdf>. Acesso em 07/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 49.383 de 10 de maio de 2013.** Alteração do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão para Divisão de Acessibilidade e Inclusão vinculado a PROAES. Disponível em <http://www.noticias.uff.br/bs/2013/05/066-2013.pdf>. Acesso em 08/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Portaria n.º 59.085 de 12 de junho de 2017.** Constitui o grupo de trabalho para elaboração do Plano Institucional de Acessibilidade da Universidade Federal Fluminense. Disponível em 08/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Política Institucional de Acessibilidade da UFF de 13 de agosto de 2017**. Disponível em <http://uffacessivel.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/240/2017/09/Poli%CC%81tica-Institucional-de-Acessibilidade-e-Inclusa%CC%83o-da-UFF.pdf>. Acesso em 08/03/2018.

UFRJ. **Portaria nº 9168 de 30 de setembro de 2016**. Institui e normatiza o Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva.

\_\_\_\_\_. **Diretoria de Acessibilidade – DIRAC – História**, 2018. Disponível em <https://ufrj.br/dirac/historia>. Acesso em 03/10/2018.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 10264 de 18 de novembro de 2016**. Cria a Comissão Executiva Provisória Fórum UFRJ Acessível e Inclusiva.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 1319 de 22 de fevereiro de 2018**. Cria e nomeia a Diretoria de Acessibilidade (DIRAC), vinculada ao Gabinete do Reitor. Disponível em <https://onedrive.live.com/?cid=F0306CC8652ABDD4&id=F0306CC8652ABDD4%211211&parId=F0306CC8652ABDD4%211782&o=OneUp>. Acesso em 11/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 1326 de 22 de fevereiro de 2018**. Cria a Comissão Interdisciplinar específica para validação de vaga de ação afirmativa- modalidade pessoa com deficiência. Disponível em <https://onedrive.live.com/?cid=F0306CC8652ABDD4&id=F0306CC8652ABDD4%211211&parId=F0306CC8652ABDD4%211782&o=OneUp>. Acesso em 11/03/2018.

UFRRJ. **Deliberação nº 112 de 12 de junho de 2012**. Dispõe sobre a criação do Núcleo de Inclusão no Ensino Superior (NIES) vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Disponível em <http://institucional.ufrj.br/soc/files/2017/07/Delib-112-CEPE-2012.pdf>. Acesso em 23/04/2018.

\_\_\_\_\_. **NaiRural realiza pesquisa para identificar as demandas específicas de alunos com necessidades especiais**, 2016. Disponível em <https://portal.ufrj.br/nai-rural-realiza-pesquisa-para-identificar-as-demandas-especificas-estudantes-com-necessidades-especiais/>. Acesso em 03/10/2018.

\_\_\_\_\_. **Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Rural (NAIRural)**. – 2017. Disponível em <http://portal.ufrj.br/pro-reitoria-de-graduacao/nucleo-de-acessibilidade-e-inclusao-da-rural-nairural-rj/>. Acesso em 23/04/2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão da UFRRJ**, 2016. Disponível em [http://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/06/RG-2016\\_18\\_CAPA.pdf](http://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/06/RG-2016_18_CAPA.pdf). Acesso em 24/04/2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão da UFRRJ**, 2017. Disponível em <http://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2018/10/relatoriodegestao2017.pdf>. Acesso em 24/04/2018.

UNIRIO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2017-2021)**. – 2016. Disponível em [http://www.unirio.br/proplan/copy\\_of\\_PLANODEDESENVOLVIMENTOINSTITPLANODE20172021revisadaPsConselhosSuperiores.pdf](http://www.unirio.br/proplan/copy_of_PLANODEDESENVOLVIMENTOINSTITPLANODE20172021revisadaPsConselhosSuperiores.pdf). Acesso em 12/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Acessibilidade UNRIO**, 2018. Disponível em <http://www.unirio.br/acessibilidade/>. Acesso em 16/09/2018.

\_\_\_\_\_. **Grupo Interdisciplinar de Educação e Inclusão – GIEI**. sd. Disponível em <http://www.unirio.br/relacoesinternacionais/portugues/giei>. Acesso em 16/09/2018.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 740 de 11 de agosto de 2016**. Disponível em <http://www.unirio.br/vice-reitoria/menu/acoes/comissoes/portaria-no-740-11-de-agosto-de-2016/view>. Acesso em 13/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 4.848 de 1 de setembro de 2017**. Disponível em <http://www.unirio.br/acessibilidade/arquivos/plano-de-acessibilidade>. Acesso em 12/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Plano de Acessibilidade**. – 2017. Disponível em <http://www.unirio.br/acessibilidade/arquivos/plano-de-acessibilidade-da-unirio-2>. Acesso em 12/03/2018.